

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TAPAJOS - PA

Edital 31/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
31/2026	257045-DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TAPAJOS - PA	BENEDITO DAMIAO DE CARVALHO MOTA	14/05/2026 11:43 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25054.000460/2025-08

1. Minuta



[PREGÃO ELETRÔNICO]

90003/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA RIO TAPAJÓS

UASG: 257045

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos, sem combustível, com quilometragem livre, incluindo motoristas devidamente habilitados, para transporte/deslocamento de usuários indígenas, com ou sem acompanhantes e atender demandas de serviços administrativos de apoio em transporte, para atender as demandas do Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 5.594.240,57

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 01/06/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

[menor preço por grupo formado por itens]

Modo de disputa:

[aberto e fechado]

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[NÃO]

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]

SUMÁRIO

1. **DO OBJETO**
2. **DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
3. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
4. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
5. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
6. **DA FASE DE JULGAMENTO**
7. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**
8. **DOS RECURSOS**
9. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
10. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
11. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Torna-se público que a União, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representada pelo, DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA RIO TAPAJÓS – DSEI RT, Organização civil ligada a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI do Ministério da Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº.00.394.544/0044-15, com sede na Avenida Santa Catarina nº.96, Bairro: Bela Vista, CEP: 68.180-210, no município de Itaituba, Estado do Pará, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, sem combustível, com quilometragem livre, incluindo motoristas devidamente habilitados, para transporte/deslocamento de usuários indígenas, com ou sem acompanhantes e atender demandas de serviços administrativos de apoio em transportes, demandas do Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 11 (onze) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.2. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.3. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação

2.5.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.12. sociedades cooperativas;

2.5.13. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.14. pessoas físicas.

2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.5.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.5 e 2.5.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.5.5 e 2.5.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e anual do item/grupo;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

5.12. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item do grupo.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1,00 (Um) Real*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.21.1. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.21.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.21.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.22.2.2. empresas brasileiras;

6.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23.6. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

7.7.1. Convenção Coletiva de Trabalho PA000396/2025 - 2025/2026;

7.7.2. O acordo dissídios ou convenções coletivas indicado no subitem acima não é de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração

7.7.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.4. conter vícios insanáveis;
- 7.7.5. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.6. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.7. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.8. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.9.2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.3. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 7.11.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.
- 7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.**
- 7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes
- 7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.19. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

- 7.19.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- 7.19.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;
- 7.19.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e
- 7.19.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.20. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.
- 7.21. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 7.22. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.23. pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.
- 7.24. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% A 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail: licitacao.dseirt@saude.gov.br.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário e data que deverão ser combinados previamente, através do e - mail: licitacao.dseirt@saude.gov.br.

8.10.3. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro;

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro /Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para;

8.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974

9.9. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

9.10. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação;

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando;

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.2. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.3. as peculiaridades do caso concreto

11.3.4. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meio*: licitacao.dseirt@saude.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. É vedado estabelecer, no âmbito do presente certame, modelo de pagamento que consista exclusivamente no reembolso dos salários e demais verbas trabalhistas pagas pela contratada, devendo a remuneração contratual observar preço certo e previamente definido, vedada a assunção, pela contratada, do financiamento da execução contratual.

13.11. O presente edital observa o princípio da autonomia do contratado, vedando-se a formulação , de exigências que caracterizem ingerência indevida da Administração na gestão interna devendo as obrigações limitar-se ao cumprimento do objeto, aos resultados pactuados e às condições de fiscalização previstas em lei.

13.12. É vedado à Administração fixar ou exigir o quantitativo de mão de obra a ser utilizado pela contratada na execução do objeto, cabendo exclusivamente a esta a definição dos meios, métodos e número de empregados necessários ao cumprimento das obrigações contratuais.

13.13. É proibida a exigência de documentos que obriguem ou vinculem terceiros que não integrem a disputa.

13.14. Fica vedada a exigência de comprovação de filiação a sindicato ou a associação de classe como condição para participação nesta licitação, exceto nos casos em que a legislação específica , como ocorre com exija a filiação a entidade de classe para o exercício da atividade profissional as profissões regulamentadas em lei, a exemplo de: advocacia, engenharia, medicina e contabilidade.

13.15. Fica vedada a exigência, como condição de participação na presente licitação, de comprovação de quitação de anuidades, contribuições ou quaisquer encargos devidos a entidades de classe privadas, exceto quando expressamente exigido por lei ou regulamento para o exercício da função específica objeto desta licitação.

13.16. Nos termos do art. 7º, caput, da Lei nº 14.133/2021, a Administração não poderá impor requisitos que restrinjam a competitividade ou o acesso de interessados legalmente habilitados, sendo suficientes para habilitação os documentos e certidões exigidos por lei ou regulamento para comprovação da capacidade técnica, jurídica, fiscal e financeira do licitante

13.17. Fica vedada a exigência de certidão negativa de protesto ou qualquer outro documento que não seja expressamente previsto em lei como condição para habilitação, considerando-se desnecessário para fins de participação na presente licitação.

13.18. Fica vedado ao contratante assumir qualquer obrigação de ressarcir despesas de hospedagem, transporte ou quaisquer outros custos relativos a trabalhadores da contratada que venham a prestar serviços em unidades ou localidades distintas daquelas especificadas no objeto do contrato, quando tais despesas não estiverem expressamente previstas ou orçadas no edital e no contrato .

13.19. Todos os custos decorrentes da execução do objeto contratual devem estar integralmente contemplados na proposta apresentada pelo licitante, não sendo permitido pleitear reembolso de valores adicionais não previstos.

13.20. A inclusão de qualquer cobrança de despesas não previstas no contrato poderá ensejar a aplicação de sanções previstas no edital, incluindo desclassificação da proposta ou rescisão contratual por inadimplemento.

13.21. Fica vedado ao contratante fixar quantitativos ou valores mínimos para itens cujo consumo ou utilização dependa de eventos futuros e imprevisíveis, tais como, a título exemplificativo, o fornecimento de vale-transporte, horas extras ou insumos variáveis.

13.22. A Contratada será responsável por fornecer os quantitativos necessários para a execução do objeto contratado, de acordo com as demandas efetivas, sem prejuízo do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

13.23. O pagamento referente a esses itens será realizado com base no efetivo consumo ou utilização comprovada, observando-se os limites orçamentários e legais aplicáveis.

13.24. É vedado à Administração estabelecer, no presente Edital, a fixação de benefícios ou de seus respectivos valores a serem concedidos aos empregados da contratada, tais como auxílio-alimentação, auxílio-transporte, plano de saúde ou quaisquer outras vantagens, ressalvada a possibilidade de exigir o cumprimento das disposições previstas em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho aplicável à categoria profissional.

13.25. É vedada a exigência de fornecimento de bens ou prestação de serviços que não sejam pertinentes ou diretamente relacionados ao objeto da contratação, salvo quando devidamente justificada em estudo técnico que demonstre a vantagem e a necessidade para a Administração Pública.

13.26. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico e-mail: licitacao.dseirt@saude.gov.br.

13.26. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.26.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

13.26.1.1. Apêndice do Anexo I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

13.26.2. ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;

13.26.3. ANEXO III - TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIÁRIA;

13.26.4. ANEXO IV - MODELO DE PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO;

13.26.5. ANEXO V - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO;

13.26.6. ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA;

13.26.7. ANEXO VII - MODELO DE TERMO DE VISTORIA;

13.26.8. ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

13.26.9. ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

13.26.10. ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HAROLDO SAW MUNDURUKU

Coordenador do DSEI/RT



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 11:43:06.

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TAPAJOS - PA

Termo de Referência nº. 24/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2025	257045-DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TAPAJOS - PA	BENEDITO DAMIAO DE CARVALHO MOTA	05/05/2026 18:03 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25054.000460/2025-08

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços comuns de locação de veículos do tipo caminhonete, com fornecimento de motorista, para transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, incluindo manutenção preventiva e corretiva (com reposição de peças, pneus e acessórios), lavagem e higienização semanal, lubrificação e seguro total. A contratação visa atender às necessidades do Distrito Sanitário Especial Indígena Rio Tapajós-DSEI/RT, vinculado à Secretaria de Saúde Indígena – SESAI, do Ministério da Saúde, em consonância com as diretrizes e objetivos estratégicos do ministério.

GRUPO 01							
ITEM	Tipo de Serviço	CATSER	REGIME	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE 4x4 cabine dupla, QUILOMETRAGEM LIVRE E SEM COMBUSTÍVEL, conforme descrição detalhada no TR.	4014	24 horas	22	R\$10.636,90	R\$ 234.011,80	R\$ 2.808.141,60
2	Motorista Categoria D Com Periculosidade	15008	40 horas	1	R\$6.677,82	R\$ 6.677,82	R\$ 80.133,89
3	Motorista Categoria B Com Periculosidade	15008	40 horas	4	R\$6.069,37	R\$ 24.277,48	R\$ 291.329,77
4	Motorista Categoria B Com Periculosidade	15008	44 horas	7	R\$6.123,35	R\$ 42.863,47	R\$ 514.361,60
5	Motorista Categoria B Com Insalubridade	15008	44 horas	5	R\$5.711,96	R\$ 28.559,81	R\$ 342.717,72
6	Motorista Categoria B Com Insalubridade	15008	12x36 diurno	10	R\$5.469,04	R\$ 54.690,43	R\$ 656.285,14

7	Motorista Categoria B Com Insalubridade	15008	12x36 noturno	10	R\$5.996,99	R\$ 59.969,90	R\$ 719.638,85
8	Quantidade de Diárias	21849	Mensal	1032	R\$176,00	R\$ 15.136,00	R\$ 181.632,00
VALOR TOTAL						R\$ 466.186,71	R\$ 5.594.240,57

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de máximo de 1 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP;;

Data de publicação no PNCP: ;

Id do item no PCA: ;

Classe/Grupo:

Identificador da Futura Contratação: 257045-2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.1.2 Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.1.3 A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 8, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

4.1.4 As pilhas e baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 8, de 03/09/2012.

4.1.5 A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

4.1.6 Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pneus, com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) mínima B para resistência ao rolamento e aderência no molhado e máximo de 70db em relação à emissão de ruído externo, nos termos da Portaria INMETRO nº 544, de 2012, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade (RAC) do produto e trata da etiquetagem compulsória.

4.1.7 Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

4.1.8 Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

4.1.9 Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

4.1.10 O veículo a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir, preferencialmente, etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) ou categoria B ou comprovada eficiência energética equivalente.

4.1.11 Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019, atendendo aos seguintes requisitos:

a) que esteja previamente registrado na ANP;

b) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;

c) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;

d) classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;

e) que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

4.1.12 Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

4.1.13 Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

Subcontratação

4.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação

4.4 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.2. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.4. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A3] .

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.16.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.16.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.7 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato, sendo dado este prazo para a empresa disponibilizar todos os veículos previstos no objeto do contrato, bem como a mão de obra (motoristas) demandada.

5.1.1.1 Visando dar início à prestação dos serviços, será realizada uma reunião inicial com todos os profissionais contratados para que sejam reforçadas as obrigações e responsabilidades, registrando todo o teor da pauta na ata que deverá ser assinada por todos os presentes. Tal medida visa registrar a ciência daqueles profissionais a respeito de todos os aspectos inerentes às suas funções no decorrer da execução contratual;

5.1.1.2 Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências da CONTRATANTE de empregados não inclusos na relação;

5.1.1.3 Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à FISCALIZAÇÃO e à GESTÃO do contrato;

5.1.1.4 Havendo a alocação gradativa dos funcionários, os pagamentos serão proporcionais à efetiva disponibilização dos mesmos.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: a contratada deverá disponibilizar todos os veículos, materiais e equipamentos contratados nos locais designados pela gestão contratual, além dos motoristas devidamente uniformizados e identificados, nos termos deste Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

5.1.2.1. Demais detalhes sobre a descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho estão especificados no item "7. Descrição da solução com um todo", no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: as jornadas de trabalho da mão de obra alocada serão de 44 e 40 horas semanais e de 12x36h (diurno e noturno), conforme disposições deste Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar, devendo ser observadas também as disposições da Convenção Coletiva .

5.1.4. Os serviços serão executados de forma contínua e ininterrupta nos horários e jornadas especificadas, seguindo as normas vigentes da Consolidação das Leis Trabalhistas. Caso o horário de expediente do órgão seja alterado por determinação legal, os horários predeterminados serão adequados aos novos horários.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

- SEDE DO DSEI, situado a Av. Santa Catarina, Nº 96 Bairro Bela Vista - CEP: 68.180-210;
- Prédio da CASAI de ITAITUBA situada na Avenida Marechal Rondon nº 87 Bairro Boa Esperança, CEP: 68.180-010 - Itaituba – Pará;
- Prédio da CASAI de JACAREACANGA situada na Travessa Tenente Fernandes nº. 05-AB Bairro Centro, Jacareacanga- PA;
- Prédio da CASAI de NOVO PROGRESSO situada a Rua Hermes da Fonseca, nº 299, Bairro Otávio Onetta, Cep: 68193-000 – Novo Progresso – PA;
- Prédio da Casai de SANTARÉM: Rua Coronel Joaquim Braga, 44 – Centro, Cep: 68.005-270, Santarém - Pará;
- Prédio da Futura CASAI de Castelo dos Sonhos: Rene Rech, S/N – Centro, Cep: 68379-200, Castelo dos Sonhos - Pará;
- Polo Base de NOVO PROGRESSO: situada na Rua Hermes da Fonseca, nº 299, Bairro Otávio Onetta, Cep: 68193-000 – Novo Progresso – PA;
- Polo Base ITAITUBA: Rua Antônio Gomes Bilby, Bairro Bom Jardim, CEP: 68180-260, Aldeia Praia do Mangue, Posto de Saúde – Itaituba;
- Polo Base de JACAREACANGA situada na Travessa Tenente Fernandes nº. 05-AB Bairro Centro, Jacareacanga- PA

5.2.1 Os serviços serão prestados em jornadas de 40 horas, 44 horas e 12x36 horas (diurno e noturno).

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

1. Deslocamento de servidores, colaboradores e demais pessoas que estejam a serviço do DSEI/RT, bem como de indígenas em tratamento de saúde e dos seus acompanhantes;
2. Deslocamento de materiais e insumos estratégicos de saúde;
3. Deslocamento de encomendas e pequenas cargas tais como: ferramental, instrumentos de trabalho, equipamentos, insumos e outros materiais essenciais ao cumprimento da missão de assistência básica de saúde.
4. Acompanhamento da fiscalização contratual em treinamentos, emissão dos boletins diários de tráfego - BDT, orientações e demais subsídios aos motoristas em relação ao preenchimento correto dos boletins de tráfego, em conformidade com as disposições da gestão do Distrito Sanitário Especial Indígena Rio Tapajós e da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI;
5. Estacionamento dos veículos locados, no período da prestação dos serviços e ao longo da execução do contrato, na garagem do Distrito Sanitário Especial Indígena Rio Tapajós ou de suas unidades, sendo os serviços controlados por equipe especialmente designada, por meio de documento oficial indicado pela gestão do DSEI/RT, contendo a natureza do serviço (motivo e justificativa), roteiro (itinerário), órgão, data, hora, assinatura, controle (saída, retorno, tempo/km percorrido), dentre outras informações relacionadas à gestão de frota de veículos;
6. Acompanhamento da execução dos serviços prestados em conformidade com a finalidade exclusiva da assistência e promoção da saúde de pacientes indígenas, informando e subsidiando a fiscalização contratual sobre possíveis inconsistências nos controles adotados ou insubordinação de colaboradores em relação à correta utilização dos veículos contratados;
7. Disponibilização dos formulários de deslocamento de veículo e formulários de abastecimento mensais, por veículo, nos padrões adotados pela gestão do DSEI/RT e/ou designados pela SESAI, para, ao final do mês, enviar à gestão de contratos do DSEI/RT para análise e arquivamento;
8. Disponibilização de livro de ocorrência no local de estadia dos veículos para relato de eventos extraordinários;
9. Encaminhamento, junto à última fatura mensal, dos relatórios e dos instrumentos de controle sem rasuras ou emendas, com o trajeto, quilometragem e demais informações acerca do serviço prestado, que confirmem a correta prestação dos serviços;
10. Atendimento das rotinas especificadas no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

a). **Veículo tipo Caminhonete Pick-up:** deverão ser novos, com até 1 ano de fabricação, na cor branca, com capacidade mínima de 5 lugares (4+1), seguro total e quatro portas. Deverão possuir tração 4x4 e cabine dupla, além de motor com cilindrada igual ou superior a 2,5L e potência acima de 190 CV. A transmissão deverá ser manual, com seis marchas, sendo cinco à frente e uma à ré. O combustível utilizado será diesel, com autonomia mínima de 450 km com um tanque de abastecimento completo. O sistema de injeção deverá ser eletrônico, e a direção poderá ser hidráulica ou elétrica. O sistema de freios deverá contar com ABS, e o veículo deverá possuir ar-condicionado, cintos de segurança de três pontos e airbag. Os pneus deverão ser adequados para o tipo de terreno onde o veículo será utilizado. Para os veículos que permanecerão na Aldeia, a empresa deverá fornecer pneus MUD, enquanto para os demais veículos deverão ser fornecidos pneus do tipo A/T. Os veículos deverão contar com rádio AM/FM/CD e revestimento dos bancos em tecido ou couro sintético. A caçamba deverá possuir tranca e/ou chave e ser equipada com protetor de caçamba e engate para reboque devidamente homologados pelo INMETRO. Também deverão estar equipados com macaco, chave de roda, estepe e demais itens e acessórios exigidos por lei. Os veículos deverão estar emplacados com seguro obrigatório quitado no exercício em curso e identificados com a logomarca impressa no padrão do Ministério da Saúde. Deverão ser fornecidos os manuais de operação e manutenção em português, tanto do proprietário quanto de serviço. Além disso, os veículos deverão estar enquadrados nos padrões de proteção ambiental exigidos pelo CONTRAN e operar sob o regime de quilometragem livre.

Obs.: Emplacada com seguro obrigatório quitado no exercício em curso. Com logomarca impressa no padrão do ministério da saúde. Deverão ser fornecidos aos respectivos manuais de operação e manutenção em português, do proprietário e de serviço. Deve esta enquadrada nos padrões de proteção ambiental exigido pelo COTRAN, inclusive Airbag, com sob o regime de quilometragem livre.

5.4.1. Os veículos deverão ter adesivo plástico de identificação oficial do Ministério da Saúde, que precisará ser trocado assim que apresentar desgaste intenso ou quando estiver danificado, tendo em vista que é a identificação principal de que o veículo está a serviço do MS. Os veículos não poderão conter bandeiras, adesivos, placas ou qualquer equipamento que faça alusão a assuntos de cunho político ou propaganda de terceiros.

5.4.1.1. As especificações sobre o adesivo encontram-se no item 4.6.3.13 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5.4.4 A contratada deverá disponibilizar ainda: Boletim Diário de Tráfego - BDT, formulários de deslocamento de veículo e formulários de abastecimento mensais, por veículo, nos padrões adotados pela gestão do DSEI/RT e/ou designados pela SESAI, bem como livro de ocorrência.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Serão aceitos os seguintes tipos de veículos: novos (0 km).

5.5.2. Além dos motoristas contratados pela empresa, poderão conduzir os veículos locados: os servidores do órgão ocupantes do cargo efetivo de motorista e aqueles devidamente habilitados e autorizados para tal fim, por ato próprio do/a ocupante do cargo de ministro/a da Saúde, conforme disposição expressa no OFÍCIO CIRCULAR Nº 42/2023/SESAI/GAB /SESAI/MS (SEI nº 0033717093).

5.5.2.1. O seguro total do veículo deve cobrir a condução dos motoristas contratados pela empresa e dos motoristas habilitados e autorizados pelo Ministério da Saúde.

5.5.3. Deverão ser considerados, nos valores da proposta, todos os custos inerentes à manutenção, limpeza, higienização, seguro, licenciamento e demais despesas que a contratada terá para a devida prestação dos serviços.

5.5.4. São de responsabilidade da CONTRATADA as seguintes despesas:

5.5.4.1. despesas com os veículos relativas ao pagamento de tributos, seguros, multas de trânsito e desembarços oficiais;

5.5.5. Os veículos disponibilizados pela contratada serão utilizados em viagens intermunicipais, em áreas rurais, aldeias indígenas de difícil acesso, principalmente na época das chuvas, o que ocasiona um maior desgaste dos veículos, necessitando assim uma maior atenção da contratada ao quesito manutenção.

5.5.6.1. As especificações sobre manutenção e substituição encontram-se no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5.5.6. O regime de contratação dos motoristas está detalhado na tabela no item 4.6.5.13. do ETP, sendo que o dimensionamento do custo por colaborador foi baseado na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2025/2026, registrada no MTE sob o número PA000396/2025.

5.5.6.1. O sindicato mencionado no subitem anterior não é de adesão obrigatória pelos licitantes. No entanto, durante a execução contratual, será exigido o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, garantindo o respeito aos direitos trabalhistas aplicáveis.

5.6. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021). O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

- Duas calças na cor preta;
- Quatro camisas de mangas curtas (exceção de cores preta e branca);
- Um cinto em couro na cor preta;
- Um par de sapatos em couro na cor preta;
- Um crachá de identificação com foto.

5.7.1.1. Um conjunto completo deverá ser entregue a cada um dos empregados no início da execução do contrato, devendo ser feita a substituição de cada conjunto completo de uniforme a cada 6 (seis) meses ou a qualquer época, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após comunicação escrita da contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação.

5.7.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- Calça em tecido Oxford;
- Blusa em algodão com poliéster.

5.7.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.7.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.7.5. O crachá de identificação com foto será de uso obrigatório durante toda a jornada de trabalho.

Diárias dos motoristas

5.8. O Cadernos de Logísticas de Prestação de Serviços de Transportes estabelece, em seu item 3.3.2, que o órgão contratante deverá estimar o quantitativo de deslocamento e as respectivas estimativas de despesas com pagamento de diárias sempre que houver necessidade de deslocamentos para localidades distintas da sede habitual da prestação do serviço, o que frequentemente ocorre no caso dos motoristas terceirizados.

5.9. A necessidade de previsão do pagamento de diárias no termo de referência da contratação também está prevista na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, em seu Anexo V, item 2.4, alínea "d", *in verbis*:

ANEXO V

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

[...]

2.4. Requisitos da contratação:

[...]

d) Estabelecer a quantidade estimada de deslocamentos e a necessidade de hospedagem dos empregados, com as respectivas estimativas de despesa, nos casos em que a execução de serviços eventualmente venha a ocorrer em localidades distintas da sede habitual da prestação do serviço;

5.10. Por outro lado, é importante salientar que o **pagamento de diárias só é devido nos casos em que houver a necessidade de pernoite do trabalhador**. Este entendimento é recorrente em decisões de tribunais, conforme podemos observar na ementa de decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região abaixo transcrita:

"PAGAMENTO DE DIÁRIAS PARA DESLOCAMENTO EM QUE NÃO HÁ PERNOITE.

SUPRESSÃO. MP Nº 1.573/97. LEI Nº 9.257/97. LEGALIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

1. Tendo a questão referente às meias diárias a que se refere a entidade impetrante sido disciplinada no art. 58, parágrafo 1º da Lei nº 8.112/90, que estabeleceu que as diárias seriam devidas pela metade toda vez que o afastamento da sede, a serviço, não exigisse pernoite e considerando que, com o advento da MP nº 1.573-9, de 03/07/97, posteriormente convertida na Lei nº 9.527/97, foi introduzido o parágrafo 3º ao mencionado dispositivo da Lei nº 8.112/90, **que determinou que os deslocamentos dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas, ou em áreas de controle integrado mantidas com países limítrofes, não serão indenizados com diárias, salvo se houver pernoite fora da sede**, não merece prosperar o argumento da entidade impetrante no sentido de que a supressão das diárias, antes concedida pela metade, fere direito dos seus filiados, no caso os Auditores Fiscais do Tesouro Nacional. As diárias destinam-se a indenizar despesas de pousada, alimentação e de locomoção, conforme estabelece o art. 58 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União.

2. No caso em concreto, **não há despesas de pousadas, apenas de alimentação e locomoção. A alimentação**, como informou o Coordenador-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Fazenda (fls 333), **é custeada com o auxílio-alimentação**, recebido pelo servidor, por dia de trabalho. Para locomoção do servidor, ainda segundo a mesma autoridade, **“é oferecido veículo oficial e caso realize despesas com a utilização de meio próprio de locomoção, recebe indenização de transporte**, conforme estabelecido no art. 60, da Lei nº 8.112/90, regulamentada pelo Decreto nº 1.238, de 01/09/94”. (Cf: TRF1, Segunda Turma Suplementar, AC 1999.01.00.081778-5, p.49.) **4. Apelação não provida.” (Destacou-se).**

5.11. Assim como:

"Acórdão 1º Câmara de Direito Público Reexame Necessário nº 0507549-0 (N.P.U. nº 0000242-15.2010.8.17.0630) Autor Município de Gameleira Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: ADMINISTRATIVO; REEXAME NECESSÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA. PERCEPÇÃO DE DIÁRIAS DE VIAGENS. INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 60 DA LEI MUNICIPAL Nº 837/1991. BENESSE CONCEDIDA QUANDO O DESLOCAMENTO SE DÁ DE MODO EVENTUAL E TRANSITÓRIO. SERVIDOR QUE REALIZA, REGULAGARMENTE, DESLOCAMENTOS PARA CIDADES VIZINHAS. IMPROCEDÊNCIA. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A questão necessariamente devolvida ao conhecimento deste Tribunal cinge-se ao direito do autor, servidor público do Município de Gameleira, ocupante do cargo de Motorista, à percepção de diárias por deslocamentos efetuados por necessidade do serviço.

2. Com efeito, o art. 59 da Lei Municipal nº 837/1991 garante o pagamento das diárias ao “servidor que, a serviço, se afastar da sede em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território Nacional (...), para cobrir despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana”. Por sua vez, o art. 60 estabelece. “ (...) §2º - Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigências permanentes do cargo, o servidor não fará jus a diárias.”

3. Da análise do dispositivo legal colacionado, **depreende-se que, para a concessão da vantagem pecuniária, é necessário haver deslocamento em caráter eventual ou transitório, sendo inadmitido quando constituir exigência permanente do cargo ou função.**
4. Consta-se dos documentos comprobatórios constantes dos autos (fls. 09/13) que, em dezembro de 2005, o servidor realizou 14(catorze) viagens para Palmares e Recife. Em fevereiro foram realizadas 13(treze) viagens para Palmares, Recife, Escada e Camocim de São Félix. Em abril, o servidor fez 12(doze) viagens, para Recife, Palmares e Caruaru, e em maio, uma viagem para o Município de Escada, vez que os outros registros constantes no mês de maio estão datados de abril. (...) Ressalte-se que em nenhuma viagem há registro de pernoite.
5. Como se vê, o cargo do servidor exige-lhe permanentemente o deslocamento da sede do Município para cidades vizinhas (...), tais viagens não despendiam mais do que 8(oito) horas.
6. **Conclui-se, destarte, que no caso das curtas viagens registradas nos documentos colacionados aos autos (fls. 09/13), que duraram menos de 8(oito) horas, o servidor não faz jus às diárias pretendidas, por se tratar de exigência permanente do seu cargo.**
7. **Reexame Necessário provido, para afastar a condenação do Município ao pagamento das diárias de viagens de curta duração, pois permanentemente exigidas do servidor municipal, ocupante de cargo de Motorista.**
9. **Decisão Unânime.** ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Reexame Necessário nº 0507549-0, que tem como pastes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em dar provimento ao Reexame Necessário, nos termos do relatório, voto, notas taquigráficas e demais peças que passam a integrar este julgado, P. R. I. Recife, 04 de 09 de 2018. Des. Erik de Sousa Dantas Simões Relator PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO." **(Destacou-se)**
- 5.12. Conforme detalhado no item 4.6.6 do **Estudo Técnico Preliminar**, com base na experiência adquirida nos contratos anteriores (Contrato 66/2021 e Contrato 04 /2024), onde as diárias foram estabelecidas nos valores de R\$ 160,00 e R\$ 155,00, constatou-se que tais valores não atenderam de forma adequada às necessidades de hospedagem dos motoristas durante as viagens municipais e intermunicipais. A análise prática demonstrou que os valores anteriormente praticados não cobriam os custos reais de hospedagem, o que impactava negativamente a capacidade dos profissionais de manter condições mínimas de conforto e segurança durante a prestação dos serviços.

5.12.1. Conforme detalhamento no Estudo Técnico Preliminar 16/2025, o DSEI Rio Tapajós optou por alocar o valor da diária de R\$ 176,00 (cento e setenta e seis reais) conforme disposto na CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DIÁRIA DE VIAGEM da CCT 2025/2026 da categoria.

5.12.2. A empresa não poderá auferir lucros sobre as mesmas, não havendo a necessidade de emissão de qualquer documento fiscal para o recebimento das mesmas por parte das empresas.

5.12.3. Em caso de viagens com duração superior a oito horas, considerando o tempo de percurso de ida e volta, bem como a realização do efetivo serviço, não será necessário o controle rigoroso de horários de trabalho, mesmo que o veículo possua tacôgrafo, GPS ou outros sistemas de monitoramento via satélite.

5.12.4. O licitante/contratado deverá orientar seus colaboradores a registrarem no ponto eletrônico ou manual as seguintes informações para viagens superiores a 8 horas: "Viagem Superior a 8 horas" e, quando for o caso, "Folga Compensatória", para garantir o adequado controle e a devida compensação do tempo trabalhado, conforme a jornada estabelecida.

5.12.5. Abaixo consta o quadro com estimativa de quantidade máxima de diárias para os motoristas:

QUADRO-ESTIMATIVO DE DIÁRIAS		
(MOTORISTA EXECUTIVO)		
ESTIMATIVA DE DIÁRIAS PARA OITO POSTOS		
A	PREÇO DE 01 (UMA) DIÁRIA PROPOSTO CCT	R\$ 176,00
B	QUANTIDADE DE DIÁRIAS ESTIMADAS PARA 12 (doze) MESES	1032
C	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DE DIÁRIAS	A X B
		R\$ 181.632,00

5.12.5.1.1. a Justificativa para a estimativa do quantitativo de diárias encontra-se no Estudo Técnico Preliminar.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.13. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato, devido às características do objeto.

Serviços de natureza contínua

5.14. Os serviços possuem natureza continuada, em função de sua essencialidade, visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional do DSEI/RT.

5.15. Este instrumento destina-se à contratação de serviços de locação de veículos com fornecimento de mão de obra exclusiva (motoristas), com vistas à promoção das ações de saúde no território do DSEI/RT, realizando o transporte da população indígena (pacientes e seus acompanhantes) para os tratamentos de saúde (consultas médicas, cirurgias, exames, dentre outros procedimentos de saúde) e, ainda, o deslocamento de servidores, equipes multidisciplinares de saúde, conselheiros indígenas e demais funcionários e colaboradores, assim como o transporte de insumos e medicamentos, cargas

diversas e outros materiais correlatos às ações do DSEI, melhorando a gestão e as operações de atendimento, conforme quadro de quantitativos de veículos definidos neste instrumento.

5.16. Isso posto, analisou-se que a melhor estratégia seria contratar os serviços de locação de veículos com motoristas, para não comprometer a continuidade das atividades-fim deste DSEI, uma vez que a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, em seu Art. 15, estabelece:

Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

5.17. Em regra, são passíveis de terceirização as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às atividades que constituem competência legal do órgão ou entidade, nos termos balizados pelo Decreto nº 9.507/2018 e pelo disposto no parágrafo único do artigo 2º Lei nº 9.632 /1998:

"Art. 2º As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes dos Anexos desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às atividades de Motorista e Motorista Oficial."

5.18. O Tribunal de Contas da União já pacificou jurisprudência no sentido de que, ao firmar e prorrogar contratos, somente enquadram-se como serviços contínuos os contratos cujos objetos correspondam às obrigações de fazer e a necessidades permanentes do órgão (TCU, Decisão nº. 1.136 /2002, Plenário, Rel. Min. Iram Saraiva, DOU de 13.09.2002).

5.19. Os programas de atenção básica à saúde dos povos indígenas no Brasil são de responsabilidade da Sesai, sendo executados por meio dos Distritos Sanitários, razão pela qual é nítida a necessidade permanente dos serviços de locação de veículos e, conseqüentemente, dos serviços de motoristas. Havendo, em caso de solução de continuidade, graves conseqüências para a população assistida, inclusive com risco de ocorrências de agravamento de quadros de saúde de pacientes e até mesmo de óbitos.

5.20. Complementando este entendimento, é oportuno salientar o que diz o doutrinador Renato Geraldo Mendes, em sua obra Lei de Licitação e Contratos Anotada, 4º ed., p. 177, *in verbis*:

"Serviços contínuos são aqueles serviços auxiliares, necessários a Administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício". (MENDES, 2002, p. 177).

Comprovação de Insalubridade e Periculosidade

5.21. Há obrigatoriedade da Contratada providenciar o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT para os respectivos postos, conforme tabela 1.1 do Termo de Referência. O pagamento de adicionais de insalubridade e/ou periculosidade estará condicionado à apresentação do LTCAT, elaborado por profissional legalmente habilitado, em conformidade com a CLT, a legislação previdenciária e as Normas Regulamentadoras do MTE.

5.21.1. Considerando que não há previsão expressa na Convenção Coletiva de Trabalho para o pagamento de adicional de insalubridade para a função de motorista, destaca-se que os motoristas lotados nas Casas de Saúde Indígena – CASAI de Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Santarém e Castelo dos Sonhos realizam o transporte diário de pacientes, o que enseja potencial caracterização de exposição a agentes biológicos, conforme previsto na NR-15 (Atividades e Operações Insalubres).

5.21.2. Diante disso, para os motoristas lotados nas CASAI supracitadas, o licitante deverá prever em sua planilha de custos o percentual de 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, o qual somente será devido e efetivamente concedido após a emissão do LTCAT que ateste a exposição em conformidade com a NR-15.

5.21.3. Com relação ao adicional de periculosidade, em virtude do transporte de combustível para aldeias de difícil acesso, será devido o adicional de 30% (trinta por cento) quando o motorista conduzir veículo com tanque suplementar de combustível, ainda que para consumo próprio, em quantidade superior a 200 (duzentos) litros, nos termos do Anexo II da NR-16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria nº 3.214/1978.

5.21.4. Portanto, o adicional de periculosidade será devido aos motoristas que, no exercício de suas funções, realizarem transporte de combustível nos polos de Itaituba, Jacareacanga, Santarém, Novo Progresso e na sede do DSEI Rio Tapajós, mediante comprovação via LTCAT.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7 A contratada não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da vigência do contrato.

6.8 A contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

6.16 A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em apêndice deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17 Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18 O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19 O preposto deverá por assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.20 A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22 É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.23 O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)

6.25 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.26 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.26.1. Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade, ou seja, se enquadra naquelas situações onde o fiscal do contrato encontra-se na sede do Distrito e existem postos de trabalho em Polos Base e CASAI's.

6.27 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.28 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 5, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.29. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.30. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.31. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.32. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.33. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.34. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.35. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.36. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.37. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.37.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.37.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.37.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.37.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.38. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.39. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.40. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.40.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.41. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.30 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.31 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.32 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1 no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

- relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
- exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

6.33.1.2 entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

- Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3 entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

- extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
- cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
- cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974

6.33.1.4 entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.33.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.33.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.33.4. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.33.5 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.33.6 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.33.7 Não haverá pagamento adicional pela contratante à contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..

6.33.8 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.33.9 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.33.10 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.33.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.33.12 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.33.13 A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.33.14 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.33.15 Não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.33.16 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.33.17 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

6.33.18 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.33.19 A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.33.20 A inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.33.21 A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.33.22 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.35. Cabe ao gestor do contrato:

6.35.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.35.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.35.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

- 6.35.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.35.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.35.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.35.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.35.8. receber e dar encaminhamento imediato:
- 6.35.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 6.35.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.
- 6.36. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em apêndice deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:
- 7.2.1. não produzir os resultados acordados,
- 7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.4.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- 7.4.2. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 7.4.3. Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

7.4.4. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

7.4.5. A satisfação do público usuário.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

- 7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- 7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.23.1. o prazo de validade;
 - 7.23.2. a data da emissão;
 - 7.23.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.23.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.23.5. o valor a pagar; e
 - 7.23.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.37. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.38. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.39. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Repactuação

7.38. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.39. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.39.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.39.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.40. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.40.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.41. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.42. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.43. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.44. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.45. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.45.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.45.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.46. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.46.1. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.46.2. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.47. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.48. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [indicar o índice a ser adotado], com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.49. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.50. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.50. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.52. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.54. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.55. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.56. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.57. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.58. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.59. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até [indicar o prazo], contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.60. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.61. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.62. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.63. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.64. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita[A5] no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.65. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.65.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Reajuste

7.66 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais datadas de 13/02/2026.

7.67. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA- Índice de preços ao consumidor**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.68. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.69. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.70. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.71. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.72. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.73. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.74. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.75. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.76. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.77. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.78. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Conta-Depósito Vinculada

7.79. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.80. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.81. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.82. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.83. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.83.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.83.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.83.3. Multa sobre o FGTS; e

7.83.8. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.84. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.85. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.86. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.87. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.88. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.89. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.90. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.91. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (5 por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com nos fundamentos expostos no Estudo Técnico preliminar.

Regime de execução

9.2 O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

9.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.23. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.23.1. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

- 9.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.28. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:
- 9.28.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- 9.28.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.
- 9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação técnico-operacional

- 9.30 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.31 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 9.31.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;
- 9.31.2 Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;
- 9.31.3 Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;
- 9.32 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.
- 9.33 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 9.34 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- 9.35 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 9.36 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 9.37 A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.594.240,57 (cinco milhões quinhentos e noventa e quatro mil duzentos e quarenta reais e cinquenta e sete centavos)**, já incluído o valor estimado a ser gasto com o pagamento de diárias para os motoristas, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2 Cabe destacar que no valor estimado total da contratação já estão inclusos os valores referentes à estimativa de diárias, que são valores pagos sob demanda. Por esta razão, as licitantes não poderão alterar os valores que constam no item 11 do grupo único.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/257045;

II) Fonte de Recursos: 1001000000;

III) Programa de Trabalho: 234651;

IV) Elemento de Despesa: 339033.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

12.1. Após a finalização do Termo de Referência não houve a necessidade de classifica-lo nos termos da Lei nº. 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), conforme previsão do artigo 10 da Instrução Normativa nº. 81, de 2022, pois o conteúdo do documento trata-se de informação de acesso.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas .

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

EVILSON COSTA GOMES

Guarda de Endemias



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 18:03:22.

ALFREDO RODRIGUES

Guarda de Endemias



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 18:01:11.

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TAPAJOS - PA

Estudo Técnico Preliminar 9/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25054.000460/2025-08

2. Descrição da necessidade

2.1. A necessidade de garantir transporte adequado e eficiente para o Distrito Sanitário Especial Indígena Rio Tapajós (DSEI/RT) decorre da complexidade logística e geográfica da região sob sua jurisdição, sendo fundamental para assegurar o deslocamento de servidores, equipes multidisciplinares de saúde, conselheiros indígenas e demais funcionários e colaboradores. Além disso, envolve o transporte de insumos, medicamentos, cargas diversas e outros materiais necessários para a manutenção das atividades de atenção à saúde indígena. A prestação desses serviços é essencial para a execução das atividades do DSEI/RT, incluindo visitas técnicas, acompanhamento e recebimento de obras, fiscalização e supervisão de contratos. Diante do contexto de dispersão geográfica das comunidades indígenas atendidas, a logística de transporte torna-se um elemento crítico para viabilizar a continuidade e eficácia das ações de saúde pública e demais atividades administrativas e operacionais do órgão.

2.2. O atendimento a essa necessidade justifica-se pela relevância das ações executadas pelo DSEI/RT no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde (SUS). O Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, estabelece que compete aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas planejar, coordenar, supervisionar, monitorar, avaliar e executar as atividades relacionadas à saúde indígena, observando as práticas de saúde tradicionais e promovendo sua integração com as instâncias assistenciais do SUS nos municípios atendidos. A indisponibilidade de transporte adequado comprometeria a efetividade desses serviços, resultando na descontinuidade do atendimento à saúde dos povos indígenas e na ineficiência operacional das ações administrativas necessárias ao funcionamento do DSEI/RT.

2.3. A problemática central está associada à vastidão territorial e às dificuldades logísticas enfrentadas pelas equipes responsáveis. Atualmente, a região exige deslocamentos contínuos, transportando profissionais, insumos essenciais, equipe multidisciplinares, pacientes e acompanhantes. A falta de transporte adequado compromete a cobertura das comunidades indígenas atendidas pelo DSEI pela execução das ações de saúde indígena. O acesso a diversas comunidades indígenas depende de deslocamentos ágeis e seguros, muitas vezes por vias aéreas e fluviais, dado o isolamento geográfico e a precariedade de infraestrutura rodoviária em diversas localidades. Sem uma estrutura de transporte eficiente, os serviços de atenção à saúde, distribuição de insumos e medicamentos, remoções aeromédicas, supervisão de obras e contratos e outras atividades essenciais seriam severamente prejudicados. A ausência desse suporte logístico comprometeria não apenas a assistência direta à população indígena, mas também a capacidade de gestão do DSEI/RT, inviabilizando a execução de suas funções institucionais.

2.4. O atendimento a essa necessidade trará impactos positivos significativos, especialmente no fortalecimento da atenção à saúde dos povos indígenas. A disponibilidade de transporte adequado permitirá a ampliação do alcance das ações sanitárias, possibilitando maior cobertura dos serviços e a otimização dos recursos disponíveis. Além disso, contribuirá para o aprimoramento da logística do DSEI/RT, promovendo maior eficiência no gerenciamento de insumos, fiscalização e supervisão contratual. A melhoria no deslocamento das equipes técnicas possibilitará um acompanhamento mais efetivo das políticas públicas de saúde indígena, assegurando a qualidade dos serviços prestados e promovendo maior controle social sobre as ações do DSEI/RT.

2.5. Considerando as atribuições legais do DSEI/RT e sua responsabilidade direta na execução das atividades do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, a adoção de medidas para garantir a infraestrutura de transporte adequada é indispensável para o cumprimento de suas funções. A inobservância dessa necessidade resultaria na interrupção ou na precarização dos serviços essenciais, afetando diretamente a população indígena e comprometendo o cumprimento das diretrizes do SUS para a saúde indígena. Assim, a implementação de um sistema de transporte eficiente e estruturado não apenas assegura a continuidade das ações do DSEI/RT, mas também potencializa a efetividade das políticas públicas voltadas para a atenção à saúde indígena, garantindo o respeito aos direitos fundamentais dessa população e o cumprimento das normativas vigentes.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/RT	Benedito Damião de Carvalho Mota

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis** e no **Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde**:

4.1.2. A preferência por veículos que utilizem tecnologias limpas e combustíveis menos poluentes, conforme viabilidade técnica e disponibilidade no mercado;

4.1.3. Adoção de medidas para redução do impacto ambiental do transporte, incluindo manutenção preventiva regular, treinamento de condutores para direção eficiente e programas de compensação de emissões de carbono;

4.1.4. Priorização de fornecedores que adotem práticas sustentáveis na prestação de serviços de transporte, conforme certificações ambientais reconhecidas;

4.1.5. Gestão adequada de resíduos gerados durante as operações logísticas, garantindo o descarte correto de óleos, lubrificantes e materiais contaminantes, em conformidade com as normas ambientais vigentes;

4.1.6. Adoção de soluções de logística integrada para otimizar rotas e reduzir deslocamentos desnecessários, minimizando a emissão de poluentes e aumentando a eficiência do transporte.

4.1.7. Recolhimento do óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.1.8. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata; e

4.1.9. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA.

4.1.10. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata.

4.1.11. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10 /2002, e legislação correlata

4.2. Indicação de marcas ou modelos:

4.2.1. Na presente contratação será admitida a indicação dos seguintes modelos Toyota Hilux, Chevrolet S10, Mitsubishi L200 Triton, Frontier, Ford Ranger, de forma similar ou de melhor qualidade, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.2.1.1. Veículos com especificações técnicas compatíveis com as necessidades de deslocamento em áreas remotas e de difícil acesso, priorizando modelos com maior eficiência energética e menor impacto ambiental;

4.2.1.2. Os modelos indicados são **caminhonetes 4x4**, projetadas para atuar em rodovias não pavimentadas, estradas vicinais e áreas remotas, garantindo deslocamento seguro em condições adversas, como lama, alagamentos e trechos de difícil acesso. Suas suspensões reforçadas e sistemas de tração são essenciais para superar desafios geográficos.

4.2.1.3. Esses veículos são reconhecidos por sua **robustez mecânica**, apresentando baixa taxa de falhas e alto índice de confiabilidade. Isso minimiza custos de manutenção corretiva e reduz o tempo de indisponibilidade da frota, garantindo maior continuidade nas operações.

4.2.1.4. A necessidade de transporte de insumos, equipamentos e equipe exige veículos com **boa capacidade de carga útil e volumétrica**. As caçambas amplas e resistentes desses modelos permitem o transporte seguro de materiais, enquanto a cabine dupla possibilita o deslocamento de equipes com conforto.

4.2.1.5. Apesar de serem veículos robustos, os modelos selecionados apresentam **bons índices de consumo em relação à sua categoria**, otimizando o custo operacional sem comprometer a capacidade de desempenho.

4.2.1.6. A escolha dessas marcas é justificada pela **ampla rede de assistência técnica no território nacional**, garantindo acesso rápido a peças e serviços de manutenção, fator essencial para evitar paralisações prolongadas.

4.2.1.7. A indicação dos modelos **Toyota Hilux, Chevrolet S10, Mitsubishi L200 Triton, Frontier, Ford Ranger** é pautada em critérios técnicos, operacionais e econômicos, garantindo eficiência no desempenho das atividades. A padronização desses modelos permite maior previsibilidade nos custos de manutenção, segurança no deslocamento e confiabilidade para atendimento às demandas institucionais.

4.2.2 Com relação ao veículo do tipo VAN, o veículo ofertado pela empresa licitante **deverá apresentar especificações de forma similar ou de melhor qualidade**, respeitando os requisitos mínimos estabelecidos neste estudo, conforme item 4.6.1 alínea "b".

4.3. Subcontratação

4.3.1. Não será permitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Da Garantia

4.4.1. A garantia da contratação seguirá as disposições do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. Será exigida uma garantia contratual que cubra a execução do contrato conforme as especificações estabelecidas.

4.4.2. No caso de optar-se pelo seguro - garantia, a empresa adjudicatária deverá apresentá-lo dentro de um mês a partir da homologação da licitação, antes da assinatura do contrato.

4.4.3. As garantias nas modalidades de caução e fiança bancária devem ser prestadas em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato, assegurando a execução contratual conforme estabelecido.

4.5. Vistoria

4.5.1. Em função do objeto não será exigida a realização de vistoria no local da prestação dos serviços, uma vez que o objeto é a disponibilização de veículos, o que torna a vistoria do local totalmente desnecessária, haja vista o fato de que os locais de entrega será na Sede do DSEI Rio Tapajós e serão distribuídos para as respectivas unidades pertencentes ao DSEI Rio Tapajós.

4.5.2. Outro ponto relevante deste instrumento, refere-se as condições da prestação dos serviços estão contempladas no subitem 4.6.que trata do detalhamento dos serviços a serem prestados.

4.6. REQUISITOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES

4.6.1. Para bem atender às necessidades das unidades dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, bem como às comunidades sob sua responsabilidade, será necessária a disponibilização de veículos, conforme definido a seguir e de acordo com as suas respectivas especificações mínimas:

a) Veículo tipo Caminhonete Pick-up: deverão ser novos, com até 1 ano de fabricação, na cor branca, com capacidade mínima de 5 lugares (4+1), seguro total e quatro portas. Deverão possuir tração 4x4 e cabine dupla, além de motor com cilindrada igual ou superior a 2,5L e potência acima de 190 CV. A transmissão deverá ser manual, com seis marchas, sendo cinco à frente e uma à ré. O combustível utilizado será diesel, com autonomia mínima de 450 km com um tanque de abastecimento completo. O sistema de injeção deverá ser eletrônico, e a direção poderá ser hidráulica ou elétrica. O sistema de freios deverá contar com ABS, e o veículo deverá possuir ar-condicionado, cintos de segurança de três pontos e airbag. Os pneus deverão ser adequados para o tipo de terreno onde o veículo será utilizado. Para os veículos que permanecerão na Aldeia, a empresa deverá fornecer pneus MUD, enquanto para os demais veículos deverão ser fornecidos pneus do tipo A/T. Os veículos deverão contar com rádio AM/FM/CD e revestimento dos bancos em tecido ou couro sintético. A caçamba deverá possuir tranca e/ou chave e ser equipada com protetor de caçamba e engate para reboque devidamente homologados pelo INMETRO. Também deverão estar equipados com macaco, chave de roda, estepe e demais itens e acessórios exigidos por lei. Os veículos deverão estar emplacados com seguro obrigatório quitado no exercício em curso e identificados com a logomarca impressa no padrão do Ministério da Saúde. Deverão ser fornecidos os manuais de operação e manutenção em português, tanto do proprietário quanto de serviço. Além disso, os veículos deverão estar enquadrados nos padrões de proteção ambiental exigidos pelo CONTRAN e operar sob o regime de quilometragem livre.

4.6.2. A empresa a ser contratada deverá intermediar:

4.6.2.1. As demandas e negociações junto às concessionárias/autorizadas/oficinas mecânicas;

4.6.2.2. Contratar e Controlar seguros para todos os veículos;

4.6.2.3. Buscar alternativas emergenciais na falta de veículos por pane;

4.6.2.4. Fornecer carro reserva em todas as localidades da prestação do serviço, deixando ao menos um carro reserva/disponível na cidade de Itaituba - PA, Jacareacanga - PA, Santarém - PA, Novo Progresso - PA e Castelo dos Sonhos - PA. (localidades da prestação dos serviços).

4.6.2.5. Tais veículos reservas só poderão ser utilizados somente mediante comunicado da falta de outro veículo titular, seja por pane, manutenção preventiva e/ou corretiva;

4.6.2.6. Considerando as condições das estradas do Território Indígena com abrangência à essa unidade, bem como das localidades nos Municípios em que o DSEI-RT atua;

4.6.2.7. Considerando a necessidade constante do transporte de equipamentos, pacientes e acompanhantes, materiais e documentos nas ações desenvolvidas pelas áreas do SESANI;

4.6.2.8. considerando a experiência relativa ao contrato anterior;

4.6.2.9. Considerando as especificações técnicas dos veículos disponíveis no mercado brasileiro e as condições das estradas e vicinais por onde será realizada a trafegabilidade, torna-se indispensável a utilização de veículos que atendam, no mínimo, às especificações estabelecidas no item 4.6.1, alínea "a" e "b".

4.6.3. Quanto as condições dos veículos e para o perfeito atendimento das necessidades do DSEI- Rio Tapajós, a contratada deverá observar as seguintes condições atinentes aos veículos:

4.6.3.1. Os veículos deverão estar em excelente condição mecânica, elétrica, capotaria e lanternagem, com todos os equipamentos de segurança exigidos por lei, entre eles: triângulo, chave de roda, macaco, retrovisores, extintor de incêndio dentro do prazo de validade, cintos de segurança nos bancos dianteiros e traseiros, para-brisas e vidros de janela em perfeitas condições;

4.6.3.2. Os pneus dos veículos deverão seguir as normas do CONTRAN e estar em perfeitas condições de uso e segurança (inclusive o estepe), não podendo ser recauchutados, nem ter recuperação de cortes com colagens de qualquer espécie, ou apresentarem bucho;

4.6.3.3. Os veículos deverão possuir dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruído, segundo normas estabelecidas pelo CONTRAN;

4.6.3.4. Os veículos deverão estar com as revisões periódicas em dia, em especial, em relação ao óleo de motor, fluido do freio, óleo do cárter e filtros de óleo e de ar;

4.6.3.5. As manutenções preventivas e corretivas dos veículos, compreendendo mecânica e elétrica, substituição e conserto de pneus, troca de óleos e filtros, lavagens e demais serviços necessários ao perfeito funcionamento do veículo são parte integrante dos serviços contratados, não cabendo ao DSEI-Rio Tapajós qualquer reembolso de custos à empresa contratada decorrente da execução desses serviços;

4.6.3.6. Os veículos a disposição da CONTRATANTE deverão estar sempre limpos, com manutenção e documentação em dia;

4.6.3.7. A CONTRATADA deverá arcar com TODAS as despesas relativas a prestação dos serviços, EXCETO COMBUSTÍVEIS, necessários ao fiel cumprimento do objeto do contrato;

4.6.3.8. O DSEI/Rio Tapajós será responsável pelo fornecimento de combustível, por meio de Contrato de fornecimento de combustíveis com cartões eletrônicos, ou outro sistema que estiver à disposição do DSEI;

4.6.3.9. O veículo deverá estar segurado contra furto, roubo, incêndio, colisão e danos contra terceiros, abrangendo danos materiais e pessoais, incluindo seus ocupantes e pertences;

4.6.3.10. Os veículos deverão manter as características e cor padrões de fábrica, não sendo permitido o uso de qualquer letreiro, marca ou logotipo que identifique a empresa;

4.6.3.11. A CONTRATADA disponibilizará o veículo no **REGIME DE QUILOMETRAGEM LIVRE**;

4.6.3.12. A CONTRATADA deverá arcar com os custos dos adesivos que deverão ser fixados nas portas dianteiras do veículo;

4.6.3.13. O veículo deverá possuir adesivo permanente não magnetizado para identificação. No encerramento dos serviços ou em caso de substituição do veículo, o **preposto da empresa** será responsável por remover o adesivo e entregá-lo ao **Fiscal do Contrato**, garantindo a rastreabilidade e controle da identificação visual dos veículos utilizados no contrato.;



Fonte: Zurich CN BT Bold na cor preta
Dimensões 69x33mm CxA



Secretaria Especial de
Saúde Indígena

Ministério da
Saúde



4.6.4. ESPECIFICAÇÕES:

- a) “GOVERNO FEDERAL” e “PODER EXECUTIVO”: LETRAS TIPO HELVÉTICA MÉDIA, CAIXA ALTA, NEGRITO COM 20MM DE ALTURA NA COR PRETA.
- b) SIGLA DO ÓRGÃO/ ENTIDADE: “MS – SESAI”: LETRAS TIPO HELVÉTICA MÉDIA, CAIXA ALTA, NEGRITO COM 50 MM DE ALTURA NA COR PRETA.
- c) FUNDO NA COR: AMARELO OURO (PANTONE 108 CV).
- d) MATERIAL: MANTA MAGNÉTICA MEDINDO 220MM X 45 MM

4.6.4.1. Os veículos não poderão conter bandeiras, adesivos, placas, ou qualquer equipamento que faça alusão a assuntos de cunho político ou propaganda de terceiros;

4.6.5. DA SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS

4.6.5.1. A CONTRATADA deverá providenciar a IMEDIATA substituição do veículo que apresentar defeito ou que estiver fora das especificações exigidas, em mau estado de conservação, sujo e também em caso de furto ou roubo;

4.6.5.2. Em caso de troca de qualquer veículo deverá, obrigatoriamente, informar antecipadamente o fiscal do contrato que atualizará os documentos junto ao Serviço de Recursos Logísticos do DSEI.

4.6.5.3. A CONTRATADA deverá, em havendo necessidade de retirar algum veículo de circulação, seja para realização de manutenção, acidente de trânsito, defeitos ou qualquer outro evento que implique a paralisação, substituí-lo desde que com a aprovação do DSEI, no prazo máximo de 24 horas para locais de fácil acesso e 72 horas para locais de difícil acesso, contadas a partir da comunicação formal da empresa ao Fiscal do contrato, para que se assegure a continuidade do serviço. A substituição se dará por outro veículo de iguais características, sem nenhum ônus adicional ao DSEI.

4.6.5.4. Todos os custos provenientes da substituição serão arcados pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE

4.6.5.5. Na hipótese de ocorrer, durante qualquer deslocamento, a impossibilidade de utilização do veículo locado à CONTRATANTE, por motivo de defeito de qualquer natureza, indisponibilidade ou acidente, a CONTRATADA se obriga a providenciar a imediata substituição por veículo similar, ou superior, de modo a permitir que os passageiros cumpram sua agenda em tempo hábil, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE, ficando por conta da CONTRATADA toda e qualquer providência a ser tomada com relação ao veículo alugado e indisponível.

4.6.5.6. Não havendo a substituição do veículo, pela CONTRATADA, por qualquer motivo, no prazo a contar do primeiro contato realizado junto à CONTRATADA, fica resguardado à CONTRATANTE o direito de utilizar-se de outros meios necessários, sendo neste caso, a locação considerada como não realizada, portanto, cabendo glosa da fatura e até mesmo não cabendo faturamento estando a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas no contrato.

4.6.5.7. Em nenhuma hipótese a necessidade de reparos dos veículos permitirá a suspensão das atividades.

4.6.5.8. A retirada do veículo para qualquer uma das situações anteriormente citadas deverão ocorrer após o agendamento prévio e autorização do Fiscal do Contrato.

4.6.5.9. Os serviços deverão ser executados nas áreas de abrangência do DSEI Rio Tapajós do respectivo item.

4.6.5.10. Excepcionalmente, os serviços poderão ser executados fora da área de abrangência desse distrito.

4.6.5.11. A contratada se compromete a realizar a **renovação** da frota de veículos objeto deste instrumento, observando os seguintes critérios de substituição:

4.6.5.11.1. Prazo de Renovação: A troca dos veículos deverá ocorrer a cada **3 (três) anos** de uso, a contar da data de entrega de cada veículo à contratante.

4.6.5.11.2. Quilometragem Máxima: Caso o veículo atinja **160.000 (cento e sessenta mil) quilômetros rodados** antes do término do prazo de 3 anos, a contratada deverá providenciar a substituição do veículo, independentemente de o prazo ter transcorrido ou não.

4.6.5.11.3. A contratada deverá garantir que os veículos fornecidos estejam em perfeitas condições de uso e manutenção durante todo o período de locação, realizando a substituição ou manutenção necessária para garantir a segurança e o bom desempenho dos veículos.

4.6.5.11.4. Caso se verifique a necessidade de substituição, em prazo diferente do mencionado no item supracitado esta deverá ocorrer no prazo de 2 (dois) meses a partir da solicitação da CONTRATANTE. Este prazo poderá ser dilatado, se houver motivo relevante e justificado apresentado formalmente pela CONTRATADA.

4.6.5.12. Os veículos substituídos deverão ser novos, cujos critérios são:

4.6.5.12.1. Veículos Novos : Veículos sem uso e/ou aqueles nos quais a quilometragem do hodômetro ainda não atingiu a definida pelo fabricante para a primeira revisão de acordo com o Manual do Veículo.

4.6.5.12.2. A comprovação da realização das revisões deverá ser feita por meio da apresentação do Manual do Veículo com os devidos carimbos em conformidade com a respectiva relação de serviços necessários/executados em função da quilometragem do veículo.

4.6.5.13. Para o correto dimensionamento do quantitativo de veículos, está parametrizado com o quantitativo de motoristas, no qual o regime de contratação deverá ser de 40 horas/44 horas semanais e por regime de escala 12 x 36 conforme planilha abaixo:

TIPO DE VEÍCULO	QTDE	LOCAL	MOTORISTA	REGIME	CATEGORIA	QTDE MOTORISTA
Pick Up	1	SEDE DO DSEI RT	MOTORISTA	40 HORAS	B	1
Pick Up	1	SEDE DO DSEI RT	MOTORISTA	40 HORAS	B	1
Pick Up	1	SEDE DO DSEI RT	MOTORISTA	40 HORAS	B	1
Pick Up	1	SEDE DO DSEI RT	MOTORISTA	40 HORAS	B	1
Pick Up	1	SEDE DO DSEI RT	MOTORISTA	40 HORAS	D	1
		CASAI - ITAITUBA	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1

Pick Up	1	CASAI - ITAITUBA	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
		CASAI - ITAITUBA	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
		CASAI - ITAITUBA	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
Pick Up	1	CASAI - ITAITUBA	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
Pick Up	1	POLO BASE DE ITAITUBA	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
Pick Up	1	POLO BASE DE ITAITUBA	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
TOTAL DE VEÍCULOS	9	TOTAL DE MOTORISTA				12
TIPO DE VEÍCULO	QTDE	LOCAL	MOTORISTA	REGIME	CATEGORIA	QTDE MOTORISTA
Pick Up	1	CASAI - SANTARÉM	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
		CASAI - SANTARÉM	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
		CASAI - SANTARÉM	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
		CASAI - SANTARÉM	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
TOTAL DE VEÍCULOS	1	TOTAL DE MOTORISTA				4
TIPO DE VEÍCULO	QTDE	LOCAL	MOTORISTA	REGIME	CATEGORIA	QTDE MOTORISTA
Pick Up	1	CASAI - JACAREACANGA	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
Pick Up	1	CASAI - JACAREACANGA	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
		CASAI - JACAREACANGA	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
		CASAI - JACAREACANGA	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
		CASAI - JACAREACANGA	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
Pick Up	1	POLO BASE JACAREACANGA	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
Pick Up	1	POLO BASE JACAREACANGA	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
Pick Up	1	POLO BASE JACAREACANGA	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
TOTAL DE VEÍCULOS	5	TOTAL DE MOTORISTA				8
TIPO DE VEÍCULO	QTDE	LOCAL	MOTORISTA	REGIME	CATEGORIA	QTDE MOTORISTA
Pick Up	1	CASAI - NOVO PROGRESSO	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
Pick Up		CASAI - NOVO PROGRESSO	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
Pick Up		CASAI - NOVO PROGRESSO	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
Pick Up		CASAI - NOVO PROGRESSO	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1

Pick Up	1	POLO - NOVO PROGRESSO	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
Pick Up	1	POLO - NOVO PROGRESSO	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
TOTAL DE VEÍCULOS	3	TOTAL DE MOTORISTA				6
TIPO DE VEÍCULO	QTDE	LOCAL	MOTORISTA	REGIME	CATEGORIA	QTDE MOTORISTA
Pick Up	1	UNIDADE - CASTELO	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
Pick Up	1	UNIDADE - CASTELO	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
Pick Up	1	UNIDADE - CASTELO	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
Pick Up		UNIDADE - CASTELO	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
Pick Up		UNIDADE - CASTELO	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
Pick Up		UNIDADE - CASTELO	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
Pick Up	1	UNIDADE - CASTELO	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
TOTAL DE VEÍCULOS	4	TOTAL DE MOTORISTA				7

4.6.5.14. Considerando que a contratação envolve regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 6º, inciso XVI, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, os trabalhadores vinculados à execução do contrato deverão permanecer à disposição da Administração, observadas as jornadas de trabalho e os intervalos a seguir definidos, conforme o local de prestação dos serviços.

4.6.5.15. Para os trabalhadores que exercerem suas atividades na Sede do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI Rio Tapajós, será adotado o regime de 40 (quarenta) horas semanais, com jornada cumprida de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 12h00, com intervalo intrajornada de 2 (duas) horas, e retorno das 14h00 às 18h00.

4.6.5.16. Para os trabalhadores lotados nas unidades descentralizadas, quais sejam: CASAI – Itaituba; Polo Base de Itaituba; CASAI – Santarém; CASAI – Jacareacanga; Polo Base de Jacareacanga; CASAI – Novo Progresso; Polo Base de Novo Progresso; e CASAI de Castelo dos Sonhos, será adotado o regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com jornada cumprida de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 12h00, com intervalo intrajornada de 2 (duas) horas, e retorno das 14h00 às 18h00, bem como aos sábados, das 08h00 às 12h00.

4.6.5.17. Para os trabalhadores submetidos ao regime de escala, que atuarão especificamente nas CASAI em sistema de plantão, será adotado o regime de trabalho de 12 (doze) horas consecutivas de serviço, seguidas de 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso, conforme legislação vigente.

4.6.5.18. A Contratada deverá assegurar o cumprimento integral da legislação trabalhista vigente, da convenção coletiva de trabalho aplicável à categoria, bem como dos intervalos intrajornada e interjornada, sendo responsável pela adequada gestão e controle da jornada de trabalho de seus empregados.

4.6.5.19. O regime de contratação dos motoristas está detalhado na tabela do item 4.6.5.13., sendo que o dimensionamento do custo por colaborador foi baseado na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2025/2026, registrada no MTE sob o número PA000396/2025.

4.6.5.20. O sindicato mencionado no subitem anterior não é de adesão obrigatória pelos licitantes. No entanto, durante a execução contratual, será exigido o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, garantindo o respeito aos direitos trabalhistas aplicáveis.

4.6.5.21. Foi alocado um único motorista com habilitação na categoria D para a sede do DSEI Rio Tapajós, considerando a necessidade de eventuais deslocamentos com os veículos de maior porte disponíveis na unidade, como caminhão, micro-ônibus. Ressalta-se que, diante da ausência de outros motoristas com habilitação categoria B, esse profissional poderá também operar as caminhonetes (pick-ups), conforme a demanda do serviço.

4.6.5.21.1. O motorista alocado na sede do DSEI Rio Tapajós poderá conduzir veículos oficiais da instituição, desde que devidamente autorizado pela administração, respeitando as normas internas, a legislação vigente e as exigências de habilitação compatíveis com o tipo de veículo a ser operado.

4.6.5.22. Considerando a necessidade de garantir a adequada execução dos serviços, preservar a saúde e bem-estar dos trabalhadores e assegurar equidade na distribuição dos turnos de trabalho, **fica estabelecido o rodízio dos colaboradores a cada 6 (se) meses entre os turnos 12x36 (diurno e noturno).** Tal medida visa:

I – **Preservação da Saúde dos Trabalhadores:** a alternância periódica reduz os impactos negativos do trabalho noturno, como distúrbios do sono e fadiga excessiva, proporcionando melhor qualidade de vida aos profissionais;

- II – **Equidade na Distribuição dos Turnos:** assegura tratamento isonômico aos trabalhadores, evitando a concentração prolongada em turnos menos desejados e promovendo um ambiente de trabalho mais motivador;
- III – **Cumprimento da Legislação Trabalhista e Normas Vigentes:** a rotatividade trimestral respeita diretrizes de jornada e descanso, reduzindo riscos de sobrecarga e eventuais passivos trabalhistas;
- IV – **Melhoria da Produtividade e Redução do Absenteísmo:** evita a monotonia e desmotivação dos colaboradores, contribuindo para a continuidade da prestação dos serviços com qualidade e eficiência;
- V – **Garantia de Continuidade Operacional:** possibilita que todos os profissionais adquiram experiência nos diferentes turnos, evitando prejuízos operacionais em casos de afastamento ou substituições.

4.6.5.23. Dessa forma, a alternância de turnos se configura como medida estratégica para assegurar a eficiência dos serviços, a qualidade do atendimento e o cumprimento das normas laborais aplicáveis.

4.6.5.26. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, sem qualquer repasse do custo para o empregado, na qual deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

- a) 02 (duas) calças na cor azul marinho ou preta;
- b) 02 (duas) camisas de mangas curtas, na cor branca ou azul;
- c) 01 (um) cinto em couro na cor preta;
- d) 01 (um) par de sapatos em couro na cor preta;
- e) 01 (um) par de Meia;
- f) 01 (um) Crachá de identificação.

4.6.6. DESPESA COM VIAGEM

4.6.6.1. A Contratada deverá fornecer diárias para viagens aos motoristas conforme disposto na CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DIÁRIA DE VIAGEM da CCT 2025/2026 da categoria.

4.6.6.2. A empresa não poderá auferir lucros sobre as mesmas, não havendo a necessidade de emissão de qualquer documento fiscal para o recebimento das mesmas por parte das empresas.

4.6.6.3. Em caso de viagens com duração superior a oito horas, considerando o tempo de percurso de ida e volta, bem como a realização do efetivo serviço, não será necessário o controle rigoroso de horários de trabalho, mesmo que o veículo possua tacógrafo, GPS ou outros sistemas de monitoramento via satélite.

4.6.6.3.1. O licitante/contratado deverá orientar seus colaboradores a registrarem no ponto eletrônico ou manual as seguintes informações para viagens superiores a 8 horas: "Viagem Superior a 8 horas" e, quando for o caso, "Folga Compensatória", para garantir o adequado controle e a devida compensação do tempo trabalhado, conforme a jornada estabelecida.

4.6.6.4. Abaixo consta o quadro com estimativa de quantidade máxima de diárias para os motoristas:

QUADRO-ESTIMATIVO DE DIÁRIAS			
(MOTORISTA EXECUTIVO)			
ESTIMATIVA DE DIÁRIAS PARA OITO POSTOS			
A	PREÇO DE 01 (UMA) DIÁRIA PROPOSTO CCT		R\$ 176,00
B	QUANTIDADE DE DIÁRIAS ESTIMADAS PARA 12 (DOZE) MESES		1032
C	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DE DIÁRIAS	A X B	R\$ 181.632,00

4.6.6.4.1. O quantitativo estimado de diárias foi definido com base em levantamento histórico real de execução contratual, conforme demonstrado na Nota Técnica nº 13/2026-RT/SELOG/RT/DSEI/SESAI/MS, constante do Processo nº 25054.000460/2025-08.

4.6.6.4.2. O levantamento abrangeu o período de maio/2024 a dezembro/2025, totalizando 18 (dezoito) competências mensais analisadas, nos Contratos nº 04/2024 e nº 06/2025, resultando na execução de 1.702 (mil setecentas e duas) diárias.

4.6.6.4.3. A média histórica mensal apurada corresponde a 94,55 diárias, arredondada para 95 diárias/mês.

4.6.6.4.4. Considerando a necessidade de prudência administrativa, racionalização logística, aprimoramento do controle contratual e mitigação de riscos de superdimensionamento, aplicou-se redutor técnico aproximado de 10% sobre a média histórica.

4.6.6.4.5. Após aplicação do redutor, fixou-se a média estimada de 86 (oitenta e seis) diárias mensais.

4.6.6.4.6. A projeção anual estimada corresponde, portanto, a 1.032 (mil e trinta e duas) diárias por ano (86×12), quantitativo compatível com a realidade histórica ajustada por critério conservador.

4.6.6.4.7. A demanda apresenta comportamento oscilante, em razão de fatores como intensificação de ações assistenciais da DIASI e SESANI, deslocamentos intermunicipais e para aldeias de difícil acesso, fiscalizações, atendimentos emergenciais e atividades institucionais concentradas em determinados períodos, não apresentando comportamento linear.

4.6.6.4.8. O quantitativo ora estimado possui caráter global e não representa direito automático à sua utilização integral, devendo a execução observar a efetiva necessidade administrativa, mediante prévia autorização e controle pelo DSEI/RT.

4.6.6.4.9. O valor unitário da diária corresponde a R\$ 176,00 (cento e setenta e seis reais), conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho 2025 /2026, registrada no MTE sob o nº PA000396/2025, especificamente na Cláusula Vigésima Segunda – Diária de Viagem.

4.6.6.4.10. A previsão de item específico para reembolso de diárias justifica-se pela natureza indenizatória da despesa, possibilitando o adequado empenho e classificação orçamentária na natureza de despesa correspondente.

4.6.7. Comprovação de Insalubridade e Periculosidade

4.6.7.1. Há obrigatoriedade da Contratada providenciar o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT para os respectivos postos, conforme tabela 1.1 do Termo de Referência. O pagamento de adicionais de insalubridade e/ou periculosidade estará condicionado à apresentação do LTCAT, elaborado por profissional legalmente habilitado, em conformidade com a CLT, a legislação previdenciária e as Normas Regulamentadoras do MTE.

4.6.7.2. Considerando que não há previsão expressa na Convenção Coletiva de Trabalho para o pagamento de adicional de insalubridade para a função de motorista, destaca-se que os motoristas lotados nas Casas de Saúde Indígena – CASAI de Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Santarém e Castelo dos Sonhos realizam o transporte diário de pacientes, o que enseja potencial caracterização de exposição a agentes biológicos, conforme previsto na NR-15 (Atividades e Operações Insalubres).

4.6.7.3. Diante disso, para os motoristas lotados nas CASAI supracitadas, o licitante deverá prever em sua planilha de custos o percentual de 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, o qual somente será devido e efetivamente concedido após a emissão do LTCAT que ateste a exposição em conformidade com a NR-15.

4.6.7.4. Com relação ao adicional de periculosidade, em virtude do transporte de combustível para aldeias de difícil acesso, será devido o adicional de 30% (trinta por cento) quando o motorista conduzir veículo com tanque suplementar de combustível, ainda que para consumo próprio, em quantidade superior a 200 (duzentos) litros, nos termos do Anexo II da NR-16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria nº 3.214/1978.

4.6.7.5. Portanto, o adicional de periculosidade será devido aos motoristas que, no exercício de suas funções, realizarem transporte de combustível nos polos de Itaituba, Jacareacanga, Santarém, Novo Progresso e na sede do DSEI Rio Tapajós, mediante comprovação via LTCAT.

4.6.8. Especificação Técnica dos Pneus dos Veículos

4.6.8.1. Considerando as características geográficas e operacionais do Distrito Sanitário Especial Indígena Rio Tapajós – DSEI/RT, cuja atuação ocorre em áreas urbanas, rodovias pavimentadas, estradas vicinais e vias não pavimentadas de difícil acesso, estabelece-se a seguinte especificação técnica mínima quanto aos pneus dos veículos a serem disponibilizados na execução contratual.

4.6.8.2. Para os veículos que permanecerão alocados nas Casas de Saúde Indígena – CASAI e Sede do DSEI Rio Tapajós, os pneus deverão possuir especificação mista, do tipo 50% uso em asfalto e 50% uso em estrada de chão (uso misto/AT – All Terrain), garantindo desempenho adequado tanto em vias pavimentadas quanto em trechos não pavimentados.

4.6.8.3. Excepcionalmente, para a CASAI de Castelo dos Sonhos e para a sede do DSEI Rio Tapajós, considerando as condições predominantes das vias de acesso, caracterizadas por elevada incidência de trechos não pavimentados, arenosos e sujeitos a degradação acentuada no período chuvoso, deverá ser disponibilizado, no mínimo, 01 (um) veículo para a referida CASAI e 02 (dois) veículos para a sede do DSEI/RT, todos equipados com pneus do tipo borrachudo (MT – Mud Terrain ou similar de tração reforçada), apropriados para uso severo fora de estrada, a fim de assegurar a continuidade operacional, a segurança dos deslocamentos e a eficiência na execução das atividades institucionais.

4.6.8.4. Para os veículos que darão suporte direto aos Polos Base e às aldeias, onde há predominância de estradas vicinais, lama, cascalho e ausência de pavimentação, os pneus deverão ser obrigatoriamente do tipo borrachudo (MT – Mud Terrain ou similar de tração reforçada).

4.6.8.5. A exigência técnica fundamenta-se na necessidade de garantir segurança operacional, continuidade do atendimento assistencial, redução de riscos de atolamentos e preservação da integridade mecânica dos veículos, assegurando a eficiência na execução das ações de saúde indígena.

4.6.8.6. A contratada deverá manter os pneus em adequado estado de conservação, dentro dos limites legais de desgaste (TWI), não sendo admitida a utilização de pneus recauchutados, reformados ou em desacordo com as especificações estabelecidas neste instrumento.

4.6.9. Dispensa de Instalação de Escritório na Localidade de Execução dos Serviços

4.6.9.1. Não será necessário que a empresa contratada instale escritório ou qualquer outra infraestrutura física na cidade onde os serviços serão prestados. A execução das atividades poderá ser realizada de forma remota ou a partir de outras localidades, sem prejuízo da qualidade ou do cumprimento dos prazos acordados. A empresa contratada deverá assegurar que todas as obrigações descritas neste ETP sejam cumpridas integralmente, independentemente da instalação de escritório no local de prestação dos serviços.

5. Levantamento de Mercado

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Opções de Soluções Disponíveis no Mercado com Potencial para Atender à Necessidade Conforme os Requisitos da Contratação

Considerando a necessidade de assegurar transporte institucional e logístico contínuo para o DSEI Rio Tapajós, com cobertura sobre extensas áreas geográficas e comunidades indígenas de difícil acesso, identificam-se as seguintes soluções tecnológicas disponíveis no mercado brasileiro de transporte administrativo e institucional.

5.1.1. Escolha da Solução Tecnológica

A seguir, apresenta-se o levantamento detalhado de quatro soluções possíveis, considerando critérios técnicos, econômicos, de sustentabilidade e de aderência às normas legais.

5.1.1.1. Solução Tecnológica 1 – Aquisição de Frota Própria pelo DSEI/RT

A aquisição direta de veículos para compor uma frota própria representa a formação de um ativo patrimonial do órgão. Essa modalidade pressupõe que o DSEI/RT tenha condições de gerir, manter, substituir e operar os veículos ao longo do tempo, garantindo sua disponibilidade e segurança operacional.

Vantagens:

- Propriedade definitiva dos veículos, permitindo controle integral de uso.
- Possibilidade de customização da frota conforme necessidades específicas.
- Eventual redução de custos no longo prazo, após amortização do investimento.

Desvantagens:

- Exige elevado desembolso inicial, incompatível com a estrutura orçamentária descentralizada do DSEI/RT.
- Gera custos permanentes de manutenção, seguro, combustível e depreciação.
- Requer infraestrutura própria de garagem, oficina, almoxarifado e gestão de peças.
- Demanda quadro técnico e administrativo especializado (gestores de frota, mecânicos e condutores).
- Reduz a flexibilidade operacional para ampliação ou redução de frota conforme oscilações de demanda.

CONCLUSÃO TÉCNICA:

A aquisição de frota própria, embora teoricamente autônoma, não é viável nem economicamente vantajosa no contexto do DSEI/RT. O alto custo inicial e a necessidade de estrutura permanente de apoio contrariam o princípio da economicidade previsto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e a diretriz de eficiência do art. 11, inciso VII.

5.1.1.2. Solução Tecnológica 2 – Locação de Veículos por Empresa Especializada sem Motorista

Nesta modalidade, a empresa contratada fornece veículos novos ou seminovos, sob regime de locação mensal. O DSEI/RT seria responsável por designar motoristas próprios, arcar com combustível e supervisionar o uso.

Vantagens:

- Evita imobilização de recursos públicos em ativos.

- Reduz despesas com manutenção e substituição de veículos.
- Flexibiliza o número de unidades conforme a demanda.

Desvantagens:

- O DSEI/RT **não dispõe de motoristas em quantidade suficiente** para atender a todas as localidades sob sua responsabilidade.
- A gestão de pessoal (escalas, substituições, diárias, encargos trabalhistas) recairia sobre o órgão.
- Riscos operacionais aumentam, especialmente em áreas remotas onde a logística de suporte é limitada.
- Dificuldade em garantir **padronização, cobertura integral e disponibilidade contínua**.

CONCLUSÃO TÉCNICA:

Embora economicamente razoável, esta alternativa não é operacionalmente viável, pois o DSEI/RT carece de estrutura administrativa e de recursos humanos para condução direta. Assim, não atende plenamente aos requisitos de eficiência e continuidade dos serviços.

5.1.1.3. Solução Tecnológica 3 – Contratação de Motoristas por Empresa Especializada sem Veículo

Esta solução prevê a contratação de empresa que forneça mão de obra de condutores qualificados, cabendo ao DSEI/RT disponibilizar os veículos (próprios ou locados separadamente). O contrato se enquadra como serviço continuado com mão de obra dedicada.

Vantagens:

- Reduz encargos administrativos relacionados à gestão direta de pessoal.
- Permite substituição imediata de condutores em caso de afastamento ou férias.
- Favorece a especialização e treinamento da equipe, com foco em segurança e direção defensiva.

Desvantagens:

- Exige que o DSEI/RT disponha de veículos próprios ou alugados, criando **dupla relação contratual (empresa de motoristas + empresa de veículos)**.
- Aumenta a **complexidade administrativa**, pois o desempenho depende da perfeita integração entre dois contratos distintos.
- Dificulta o controle unificado de disponibilidade, manutenção e gestão de frota.
- Implica riscos de **descontinuidade** caso um dos contratos sofra interrupção.

CONCLUSÃO TÉCNICA:

A contratação de motoristas sem veículo fragmenta a execução e eleva a complexidade de gestão, o que é especialmente desaconselhável no contexto geográfico e operacional do DSEI/RT. A ausência de controle integrado sobre frota e condutores impacta a eficiência e a continuidade do serviço.

5.1.1.4. Solução Tecnológica 4 – Locação de Veículos com Motorista e Gestão Integrada de Frota

Trata-se de modelo consolidado na Administração Pública Federal, amplamente utilizado por órgãos com alta dispersão territorial. A contratada fornece veículos, motoristas, manutenção completa, seguros, substituição em caso de pane, controle de quilometragem e relatórios de uso, com gestão logística integrada.

Vantagens:

- Atende integralmente à necessidade de transporte contínuo e seguro.
- Garante **disponibilidade permanente de frota e condutores**.
- Reduz riscos administrativos e trabalhistas para o órgão contratante.
- Permite **monitoramento e rastreamento por GPS**, otimizando rotas e consumo.
- Alinha-se às diretrizes de **sustentabilidade** (veículos menos poluentes, manutenção adequada, destinação correta de resíduos).
- Facilita a fiscalização e a gestão contratual, com um único fornecedor responsável por toda a operação.
- Contrato escalável, podendo ajustar quantitativos conforme necessidade regional.

Desvantagens:

- Custo mensal mais elevado em comparação às soluções parciais.
- Dependência contratual da empresa para substituições emergenciais.

CONCLUSÃO TÉCNICA:

A locação de veículos com motorista e gestão integrada de frota é a solução mais eficiente, segura e adequada para o DSEI/RT, garantindo continuidade, cobertura e sustentabilidade. Está plenamente amparada nos princípios de planejamento, eficiência, economicidade e sustentabilidade (arts. 11 e 18 da Lei 14.133/2021) e nas orientações da IN SEGES nº 58/2022.

5.1.1.5. Avaliação Comparativa e Escolha da Solução Tecnológica

Solução	Viabilidade Técnica	Viabilidade Econômica	Gestão e Sustentabilidade	Adequação ao DSEI/RT
1 - Frota Própria	Baixa	Baixa	Média	Inadequada
2 - Locação sem Motorista	Média	Média	Média	Parcial
3 - Motoristas sem Veículo	Média	Média	Baixa	Inadequada
4 - Locação com Motorista e Gestão Integrada	Alta	Alta	Alta	Plenamente adequada

SOLUÇÃO ESCOLHIDA:

A Solução Tecnológica 4 é a mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e operacional, sendo a recomendação final deste levantamento de mercado.

5.1.2. Escolha da Solução de Forma de Execução

5.1.2.1. Possibilidade de Atendimento por Meios Próprios do DSEI/RT

A execução direta, mediante meios próprios, implicaria que o DSEI/RT fosse responsável integralmente pela aquisição dos veículos, contratação de motoristas, manutenção da frota, gestão de combustível e controle de deslocamentos.

Entretanto, o levantamento administrativo demonstra que o DSEI/RT não dispõe de estrutura técnica, logística nem de recursos humanos suficientes para essa finalidade. A ausência de oficina própria, equipe de manutenção, gestão de peças, área de estacionamento e corpo permanente de condutores torna inviável a execução direta do objeto.

CONCLUSÃO:

A execução por meios próprios não é recomendada, pois contraria os princípios da economicidade e eficiência, além de gerar riscos de descontinuidade no serviço.

5.1.2.2. Contratação de Empresa Especializada

A contratação de empresa especializada representa a forma de execução mais racional e segura para o DSEI/RT. A execução indireta garante:

- maior flexibilidade para atendimento em diversas localidades;
- controle contratual sobre desempenho e disponibilidade da frota;
- redução de riscos trabalhistas e operacionais;
- transferência da responsabilidade de manutenção e gestão para a contratada.

Nos termos do art. 11, incisos VI e VII, da Lei 14.133/2021, e conforme os princípios estabelecidos no art. 5º, esta opção assegura a eficiência, sustentabilidade e economicidade da contratação, reduzindo encargos administrativos e ampliando a capacidade de resposta logística.

CONCLUSÃO:

A execução indireta, mediante empresa especializada, é a forma mais adequada à realidade operacional do DSEI/RT, devendo ser a escolhida.

5.1.2.3. Escolha da Forma de Execução Recomendada

Diante da análise técnica, opta-se pela execução indireta por meio de contratação de empresa especializada na locação de veículos com motorista e gestão integrada de frota, conforme previsto na Solução Tecnológica 4, sendo esta a opção mais eficiente, segura e compatível com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

5.1.3. Escolha da Solução de Forma de Seleção do Fornecedor

5.1.3.1. Possibilidade de Participação em IRP de Outro Órgão ou Entidade

O Intenção de Registro de Preços (IRP) é uma ferramenta instituída pelo Decreto nº 11.462/2023, que permite a cooperação entre órgãos e entidades públicas para aquisição de bens e serviços comuns. Essa participação seria vantajosa por possibilitar economia de escala e redução de custos administrativos.

Entretanto, a pesquisa realizada não identificou IRPs vigentes ou disponíveis que contemplem a locação de veículos com motorista e gestão integrada de frota compatível com as especificidades do DSEI/RT (zonas remotas, condições de tráfego amazônico e exigências operacionais de saúde indígena).

CONCLUSÃO:

Apesar de vantajosa em tese, não há IRP disponível para adesão, conforme o Decreto nº 11.462/2023. Assim, essa opção é descartada por indisponibilidade de instrumento compatível.

5.1.3.2. Possibilidade de Adesão a ARP de Outro Órgão ou Entidade

A adesão a Ata de Registro de Preços (ARP) é possível quando existe ata vigente e o órgão gerenciador autoriza a inclusão de participantes adicionais. Contudo, as ARPs encontradas nos sistemas oficiais (Compras.gov.br) não contemplam o escopo específico da contratação, especialmente em relação à abrangência geográfica e características de uso em áreas indígenas.

Ademais, o Decreto nº 11.462/2023 estabelece que a adesão deve ser excepcional e devidamente justificada, o que não se aplica neste caso, diante da necessidade singular e especializada do DSEI/RT.

CONCLUSÃO:

Não há ARP compatível para adesão. Portanto, recomenda-se a realização de processo licitatório próprio.

5.1.3.3. Enquadramento nas Possibilidades de Contratação Direta

Conforme os arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, as contratações diretas podem ocorrer por inexigibilidade (quando houver inviabilidade de competição) ou dispensa de licitação (quando o valor ou a situação justificar).

5.1.3.3.1. Inexigibilidade de Licitação

A inexigibilidade não se aplica, pois o objeto locação de veículos com motorista não se enquadra como serviço singular ou de fornecedor exclusivo, havendo ampla concorrência no mercado.

5.1.3.3.2. Dispensa de Licitação

Também não se aplica, pois o valor estimado da contratação ultrapassa os limites legais estabelecidos no art. 75, incisos I e II, da Lei 14.133/2021, e não se trata de situação emergencial (inciso VIII).

CONCLUSÃO:

Não há fundamento legal para contratação direta.

5.1.3.4. Realização de Licitação

Diante da inviabilidade das demais alternativas, a licitação é o meio adequado de seleção do fornecedor.

Por se tratar de serviço comum e padronizável, cuja comparação pode ser feita objetivamente com base em menor preço e critérios técnicos equivalentes, a modalidade mais apropriada é o Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, conforme o art. 28, inciso II, e art. 29, inciso I, da Lei 14.133/2021.

O critério de julgamento deverá ser menor preço por item ou grupo, e o modo de disputa, o aberto, assegurando ampla competitividade e transparência.

5.1.3.5. Escolha da Forma de Seleção do Fornecedor Recomendada

A realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento por menor preço global por grupo, é a forma de seleção mais adequada, garantindo competitividade, transparência, padronização e economicidade.

5.1.4. Escolha da Solução de Forma de Contratação

As modalidades possíveis são analisadas a seguir:

5.1.4.1. Sistema de Registro de Preços (SRP)

Indicado quando há previsibilidade de contratações recorrentes e quantitativos variáveis. No caso em questão, há demanda contínua e regular, porém o serviço será prestado de forma permanente e integrada, o que exige execução contratual direta e imediata, sem entregas parceladas.

5.1.4.2. Contrato de Fornecimento Contínuo

Mais apropriado a bens que exigem reposição constante, como insumos ou medicamentos. Não se aplica, por se tratar de prestação de serviço com operação e pessoal dedicado.

5.1.4.3. Contrato de Serviço Continuado com Mão de Obra Dedicada

O contrato de serviço continuado com mão de obra dedicada e gestão de frota integrada é o modelo ideal para este caso.

Atende ao art. 6º, inciso XXI, da Lei 14.133/2021, que define serviço continuado como aquele que se prolonga no tempo e cuja interrupção pode comprometer a atividade pública essencial.

Esse tipo contratual garante a presença constante de motoristas qualificados, substituição imediata, manutenção preventiva e corretiva dos veículos, e disponibilidade ininterrupta para as atividades de saúde indígena.

5.1.4.4. Contratação de Serviço Não Continuado

Não se aplica, pois o serviço é permanente e essencial à operação do DSEI/RT.

5.1.4.5. Escolha da Forma de Contratação Recomendada

Opta-se pelo Contrato de Serviço Continuado com Mão de Obra Dedicada, incluindo locação de veículos e gestão integrada de frota, por ser a forma que melhor assegura a continuidade, eficiência e economicidade da execução contratual.

5.4. Adequação entre a Solução Escolhida e o Potencial em Atender à Necessidade

A solução selecionada — locação de veículos com motorista e gestão integrada de frota — é a que melhor se adequa às condições operacionais do DSEI /RT, garantindo disponibilidade constante, controle de custos, segurança operacional e sustentabilidade.

Ela permite atendimento imediato, gestão unificada de desempenho e cobertura completa das áreas de difícil acesso, o que a torna plenamente compatível com os princípios da eficiência e da economicidade (art. 5º, incisos I e IV, da Lei nº 14.133/2021).

5.5. Adequação entre a Modalidade de Contratação, Licitação, Critério de Julgamento e Modo de Disputa

A modalidade Pregão Eletrônico, com critério de menor preço por grupo e modo de disputa aberto, é a que melhor se ajusta ao objeto e à forma de contratação (serviço continuado).

Essa combinação assegura maior competitividade, transparência e contratações mais vantajosas, atendendo aos arts. 33, 34 e 56 da Lei nº 14.133/2021.

5.6. Conclusão Final do Levantamento de Mercado:

Com base na análise comparativa das alternativas e nos parâmetros legais e técnicos vigentes, a Solução Tecnológica 4 – Locação de Veículos com Motorista e Gestão Integrada de Frota é a mais adequada, eficiente e sustentável para atender à necessidade do DSEI Rio Tapajós, devendo a contratação ocorrer por Pregão Eletrônico, critério de menor preço global por único grupo, abrangendo locação de veículo com motorista.

Com base na análise comparativa das alternativas avaliadas e nos parâmetros legais, técnicos e operacionais vigentes, conclui-se que a Solução Tecnológica 4 – Locação de Veículos com Motorista e Gestão Integrada de Frota apresenta-se como a opção mais adequada, eficiente e sustentável para atender às necessidades logísticas e operacionais do Distrito Sanitário Especial Indígena Rio Tapajós (DSEI/RT).

A referida solução assegura maior controle operacional, padronização dos serviços, disponibilidade contínua da frota e mitigação de riscos administrativos e trabalhistas, além de promover eficiência e economicidade, conforme os princípios estabelecidos no art. 5º, incisos I e IV, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a contratação mais adequada a ser realizada deve ser por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço global por único grupo, de modo a garantir a economicidade e a coerência técnica do objeto, que deve ser assim definido:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos, sem fornecimento de combustível, com quilometragem livre, incluindo motoristas devidamente habilitados, uniformizados e capacitados, para o transporte e deslocamento de usuários indígenas com ou sem acompanhantes, bem como para atendimento às demandas administrativas e operacionais de transporte vinculadas às atividades do Distrito Sanitário Especial Indígena Rio Tapajós (DSEI/RT).

Tal configuração contratual contempla as particularidades geográficas e operacionais da região, garantindo a continuidade dos serviços essenciais de transporte vinculados às ações de saúde indígena, em plena conformidade com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e sustentabilidade que regem as contratações públicas.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução como um todo consiste na **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos sem combustível, com quilometragem livre, incluindo motoristas devidamente habilitados**, para atender à necessidade de deslocamento de servidores, equipes multidisciplinares de saúde, conselheiros indígenas e demais funcionários e colaboradores do **Distrito Sanitário Especial Indígena Rio Tapajós (DSEI/RT)**, bem como para o transporte de insumos, medicamentos e cargas diversas. A contratação será realizada **por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento pelo **menor preço por único grupo**.

6.2. O serviço será executado **nas áreas de abrangência do DSEI/RT**, contemplando os deslocamentos terrestres, conforme as necessidades logísticas das comunidades atendidas. Os veículos deverão estar disponíveis para atuação em toda a região, garantindo atendimento contínuo às equipes e viabilizando as ações de saúde indígena e demais atividades administrativas.

6.3. A execução do contrato está prevista para um período de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 (dez) anos, com início estimado após assinatura do contrato. O contrato será de **prestação de serviço continuado**, permitindo a renovação conforme a necessidade do órgão.

6.4. A prestação dos serviços será realizada sob **regime de empreitada por preço global**, garantindo previsibilidade de custos e melhor gestão orçamentária para o DSEI/RT.

6.5. A solução adotada inclui exigências relacionadas à **manutenção e assistência técnica** para os veículos locados, sendo responsabilidade da empresa contratada garantir a **disponibilidade e plena operacionalidade da frota durante toda a vigência do contrato**. Os veículos deverão contar com assistência técnica preventiva e corretiva, além de substituição imediata em caso de falha mecânica. Quanto aos motoristas, a empresa contratada deverá assegurar que todos os profissionais sejam **qualificados e devidamente habilitados**, além de garantir **cobertura de substituição imediata em caso de ausências** para evitar interrupções no serviço.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Metodologia para Dimensionamento do Quantitativo de Veículos e Motoristas

7.1.1. A definição do quantitativo de veículos e respectivos motoristas do Distrito Sanitário Especial Indígena Rio Tapajós (DSEI/RT) foi realizada com base em critérios técnicos, logísticos e assistenciais, considerando as peculiaridades geográficas e operacionais da região. O dimensionamento obedeceu às seguintes premissas:

I - Localização geográfica das unidades: foram consideradas todas as unidades de apoio e assistência à saúde sob responsabilidade do DSEI/RT, incluindo sede, CASAI (Casas de Saúde Indígena), polos-base e unidades em municípios estratégicos como Itaituba, Santarém, Jacareacanga, Novo Progresso e Castelo dos Sonhos.

II - Tipo e frequência das atividades: a alocação dos veículos considerou o suporte necessário para ações como:

- Fiscalizações e georreferenciamento.
- Apoio a obras e perfuração de poços.

- Monitoramento ambiental e gestão de resíduos.
- Coordenação administrativa e visitas técnicas.
- Translado rotineiro de pacientes e equipes multiprofissionais de saúde.

III - Regime de trabalho dos motoristas:

- Para atender as demandas administrativas e operacionais com carga horária regular, foram alocados motoristas com jornadas de 40h ou 44h semanais, conforme o local.
- Nas unidades CASAI, foi adotado o regime de 12x36 (diurno e noturno), tendo em vista que essas unidades funcionam 24 (vinte e quatro) horas por dia, exigindo, portanto, cobertura contínua para o transporte de pacientes e equipes, inclusive em horários noturnos e finais de semana.

IV - Tipo de veículo e categoria de CNH exigida:

- Veículos tipo Pick-up foram atribuídos às atividades de campo, com exigência de categoria “B”.

V - Alocação individual por veículo: cada veículo foi vinculado a um motorista exclusivo, conforme o regime de trabalho adotado. Nos casos de regime 12x36, dois motoristas estão vinculados ao mesmo veículo (um para o turno diurno e outro para o noturno).

7.2. Planilha consolidada com o quantitativo de veículos e motoristas:

TIPO DE VEÍCULO	QTDE	LOCAL	MOTORISTA	REGIME	CATEGORIA	QTDE MOTORISTA
Pick Up	1	SEDE DO DSEI RT	MOTORISTA	40 HORAS	B	1
Pick Up	1	SEDE DO DSEI RT	MOTORISTA	40 HORAS	B	1
Pick Up	1	SEDE DO DSEI RT	MOTORISTA	40 HORAS	B	1
Pick Up	1	SEDE DO DSEI RT	MOTORISTA	40 HORAS	B	1
Pick Up	1	SEDE DO DSEI RT	MOTORISTA	40 HORAS	D	1
Pick Up	1	CASAI - ITAITUBA	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
		CASAI - ITAITUBA	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
		CASAI - ITAITUBA	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
		CASAI - ITAITUBA	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
Pick Up	1	CASAI - ITAITUBA	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
Pick Up	1	POLO BASE DE ITAITUBA	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
Pick Up	1	POLO BASE DE ITAITUBA	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
TOTAL DE VEÍCULOS	9	TOTAL DE MOTORISTA				12
TIPO DE VEÍCULO	QTDE	LOCAL	MOTORISTA	REGIME	CATEGORIA	QTDE MOTORISTA
Pick Up	1	CASAI - SANTARÉM	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
		CASAI - SANTARÉM	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
		CASAI - SANTARÉM	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
		CASAI - SANTARÉM	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
TOTAL DE VEÍCULOS	1	TOTAL DE MOTORISTA				4
TIPO DE VEÍCULO	QTDE	LOCAL	MOTORISTA	REGIME	CATEGORIA	QTDE MOTORISTA
Pick Up	1	CASAI - JACAREACANGA	MOTORISTA	44 HORAS	B	1

Pick Up	1	CASAI - JACAREACANGA	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
		CASAI - JACAREACANGA	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
		CASAI - JACAREACANGA	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
		CASAI - JACAREACANGA	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
Pick Up	1	POLO BASE JACAREACANGA	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
Pick Up	1	POLO BASE JACAREACANGA	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
Pick Up	1	POLO BASE JACAREACANGA	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
TOTAL DE VEÍCULOS	5	TOTAL DE MOTORISTA				8
TIPO DE VEÍCULO	QTDE	LOCAL	MOTORISTA	REGIME	CATEGORIA	QTDE MOTORISTA
Pick Up	1	CASAI - NOVO PROGRESSO	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
Pick Up		CASAI - NOVO PROGRESSO	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
Pick Up		CASAI - NOVO PROGRESSO	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
Pick Up		CASAI - NOVO PROGRESSO	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
Pick Up	1	POLO - NOVO PROGRESSO	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
Pick Up	1	POLO - NOVO PROGRESSO	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
TOTAL DE VEÍCULOS	3	TOTAL DE MOTORISTA				6
TIPO DE VEÍCULO	QTDE	LOCAL	MOTORISTA	REGIME	CATEGORIA	QTDE MOTORISTA
Pick Up	1	UNIDADE - CASTELO	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
Pick Up	1	UNIDADE - CASTELO	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
Pick Up	1	UNIDADE - CASTELO	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
Pick Up		UNIDADE - CASTELO	MOTORISTA	12X36 DIURNO	B	1
Pick Up		UNIDADE - CASTELO	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
Pick Up		UNIDADE - CASTELO	MOTORISTA	12X36 NOTURNO	B	1
Pick Up	1	UNIDADE - CASTELO	MOTORISTA	44 HORAS	B	1
TOTAL DE VEÍCULOS	4	TOTAL DE MOTORISTA				7

ATIVIDADES DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA RIO TAPAJÓS		
ATIVIDADES	PROFISSIONAIS	FREQUÊNCIA
Visita técnica preliminar (georreferenciamento/ levantamento de dados)	Engenheiros; Geólogos; Téc. Saneamento	Projetos novos
Fiscalização e acompanhamento de obras de saneamento e edificações	Engenheiros; Téc. Saneamento;	Quinzenal (Eng.);
Perfuração de poços tubulares	Geólogos; Téc. Saneamento	Durante a execução do serviço
Monitoramento da qualidade da água	Téc. Saneamento	Quinzenal
Plano de gerenciamento de resíduos sólidos	Téc. Saneamento	Mensal
Supervisão das atividades do AISAN/Distribuição de materiais de saneamento	Téc. Saneamento	Diária
Coordenar ações e serviços	Coordenado do DSEI	Rotineira
Técnicas/Administrativa	Chefe do DIASI	Rotineira
Acompanhar e monitorar e avaliar os indicadores	Chefe dos Setores	Rotineira
Saúde pactuada no Plano Distrital de Saúde Indígena	Técnico em enfermagem e cirurgiã Dentista	Rotineira
Promover as orientações em serviços	Nutricionista e farmacêuticos	Rotineira
Reunir periodicamente o controle social para avaliar o processo de atenção básica em conformidade com o regimento interno	Controle Social	Frequente
Translado dos Profissionais de saúde para seus locais de trabalho	Equipe de saúde	Rotineira
Translado da equipe multiprofissionais para evento de capacitação	Equipe de saúde	Rotineira
Translado de pacientes e acompanhamentos para tratamento, quando referenciado pela equipe de saúde.	Pacientes e acompanhantes	Rotineira

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.594.240,57

8.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 5.594.240,57** (cinco milhões quinhentos e noventa e quatro mil duzentos e quarenta reais e cinquenta e sete centavos) conforme valores unitários descritos abaixo:

GRUPO 01							
ITEM	Tipo de Serviço	CATSER	REGIME	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE 4x4 cabine dupla, QUILOMETRAGEM LIVRE E SEM COMBUSTÍVEL, conforme descrição detalhada no TR.	4014	24 horas	22	R\$10.636,90	R\$ 234.011,80	R\$ 2.808.141,60
2	Motorista Categoria D Com Periculosidade	15008	40 horas	1	R\$6.677,82	R\$ 6.677,82	R\$ 80.133,89
3	Motorista Categoria B Com Periculosidade	15008	40 horas	4	R\$6.069,37	R\$ 24.277,48	R\$ 291.329,77
4	Motorista Categoria B Com Periculosidade	15008	44 horas	7	R\$6.123,35	R\$ 42.863,47	R\$ 514.361,60
5	Motorista Categoria B Com Insalubridade	15008	44 horas	5	R\$5.711,96	R\$ 28.559,81	R\$ 342.717,72
6	Motorista Categoria B Com Insalubridade	15008	12x36 diurno	10	R\$5.469,04	R\$ 54.690,43	R\$ 656.285,14
7	Motorista Categoria B Com Insalubridade	15008	12x36 noturno	10	R\$5.996,99	R\$ 59.969,90	R\$ 719.638,85
8	Quantidade de Diárias	21849	Mensal	1032	R\$176,00	R\$ 15.136,00	R\$ 181.632,00
VALOR TOTAL						R\$ 466.186,71	R\$ 5.594.240,57

Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento da solução é tido como regra, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, e desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9.2. A contratação do serviço de locação de veículos com motorista, em um único grupo, é medida que se fundamenta em critérios de racionalidade administrativa, padronização da prestação do serviço, economicidade, eficiência logística e segurança jurídica, considerando as características peculiares das operações do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Rio Tapajós.

9.3. O DSEI/RT atua em área de ampla extensão territorial e acesso predominantemente terrestre e fluvial, com desafios geográficos, climáticos e logísticos relevantes. As ações executadas envolvem o deslocamento contínuo de profissionais da saúde, transporte de insumos e medicamentos, remoção de pacientes e visitas técnicas a aldeias e unidades assistenciais dispersas por diversos municípios. Nesse contexto, é imprescindível que a frota locada opere de forma articulada, com veículos adequados, disponibilidade imediata e substituição célere em caso de falhas ou necessidades emergenciais.

9.4. A eventual divisão da contratação em múltiplos grupos ou lotes poderia implicar em:

- Fragmentação da gestão contratual, com diferentes fornecedores submetidos a condições operacionais e logísticas distintas;
- Riscos à uniformidade na qualidade do serviço, dificultando a padronização da frota, do atendimento e da capacitação dos motoristas;
- Aumento das demandas administrativas, incluindo a necessidade de múltiplas fiscalizações, controles de jornada, pagamentos e sanções;
- Dificuldade na substituição imediata de veículos e motoristas, especialmente em localidades de difícil acesso, onde a articulação e o remanejamento interno são essenciais para a continuidade do serviço.

9.5. Ao adotar a contratação em grupo único, a Administração assegura:

- Centralização da responsabilidade contratual, facilitando o controle e a responsabilização por falhas na execução;
- Otimização da logística interna, com maior flexibilidade para remanejamento de veículos entre localidades, conforme necessidade da operação;
- Maior controle técnico e financeiro, com redução do risco de sobreposição de custos, divergência de prazos ou inconsistência nas condições contratuais;
- Aproveitamento de ganhos de escala, permitindo ao fornecedor apresentar propostas mais vantajosas no que se refere a preço, estrutura de apoio e tempo de resposta.

9.6. Cabe destacar que a opção por grupo único não implica restrição à competitividade, uma vez que o mercado regional e nacional conta com empresas capazes de atender integralmente ao objeto licitado. Inclusive, levantamento de mercado demonstra a existência de fornecedores com estrutura operacional compatível com a demanda proposta, o que reforça a viabilidade técnica e legal da estratégia adotada.

9.7. Em suma, a contratação por grupo único revela-se a alternativa mais eficiente, econômica, segura e operacionalmente adequada, garantindo a continuidade e a qualidade da assistência prestada à população indígena sob responsabilidade do DSEI Rio Tapajós.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Dada as diretrizes do nível central da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), o contrato de gestão de frota, contemplando o fornecimento de combustíveis é correlata à presente contratação.

10.1.1. O referido contrato é gerido pelo nível central, em Brasília, sem a possibilidade de interferência por parte desta unidade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 O presente ETP considera o que dispõe a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022. Associada a sua elaboração está o disposto no Decreto 10.947, de 25 de janeiro de 2022 que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual (PCA).

11.2. A presente demanda consta do Plano de Contratações Anual de 2025, conforme DFD 52/2025

12. Demais Justificativas

12.1. Observação quanto ao Princípio da Segregação de Funções:

12.1.1. O DSEI Rio Tapajós, na medida do possível, tem observado as recomendações sobre a composição da Equipe de Planejamento da Contratação e garantido a segregação de funções no processo de planejamento da contratação. É fundamental que uma equipe de planejamento seja composta por servidores que possuam conhecimentos técnicos relevantes sobre o objeto a ser contratado e que tenham conhecimento de seus cronogramas antes da formalização da designação. Essa prática garante a eficácia e a adequação dos procedimentos, além de promover uma gestão mais transparente e eficiente dos recursos públicos.

12.1.2. Nesse contexto, o DSEI incluiu aos autos a Designação de Equipe de Planejamento e a Portaria de Designação de Pregoeiro, garantindo a segregação de funções e a correta execução das etapas de planejamento da contratação.

12.3 Justificativa quanto as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade:

12.3.1. A adoção de práticas e critérios de sustentabilidade nas contratações públicas é um imperativo estratégico que reflete o compromisso da Administração Pública com as diretrizes de desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e promoção de compras públicas sustentáveis, conforme

previsto na Lei nº 14.133/21. Essas exigências não apenas atendem ao ordenamento jurídico vigente, mas também ao Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde, reforçando o papel da administração pública na promoção de um desenvolvimento mais equilibrado, ético e responsável.

12.3.2. A inclusão de critérios sustentáveis nas contratações visa, sobretudo, minimizar os impactos ambientais adversos decorrentes das atividades do poder público, estimular práticas que preservem os recursos naturais e fomentar uma cadeia de suprimentos comprometida com a sustentabilidade. O uso consciente de insumos, a gestão adequada de resíduos, a redução de emissões de carbono e o incentivo ao consumo eficiente de energia são exemplos de práticas que devem ser observadas nos processos licitatórios.

12.3.3. No caso concreto, as exigências de sustentabilidade foram justificadas com base na necessidade de promover a responsabilidade ambiental na execução contratual, priorizando fornecedores que adotem medidas sustentáveis em seus processos produtivos e logísticos.

12.3.4. Além disso, os critérios de sustentabilidade exigidos visam à redução do impacto ambiental ao longo do ciclo de vida do objeto contratado. Isso garante não apenas a mitigação dos danos ambientais, mas também fomenta um mercado mais sustentável, promovendo a transição para uma economia de baixo carbono, de acordo com as diretrizes das políticas públicas ambientais vigentes.

12.3.5. A justificativa para a inclusão desses critérios também se baseia na eficiência econômica a longo prazo. A adoção de práticas sustentáveis tende a reduzir custos operacionais, como o consumo de energia, água e outros recursos, além de minimizar os riscos associados ao desperdício e à degradação ambiental. Isso gera um ciclo virtuoso em que as ações de curto prazo resultam em benefícios econômicos, sociais e ambientais a médio e longo prazo, alinhados aos objetivos de sustentabilidade da Administração Pública.

12.3.6. Portanto, a exigência de práticas e critérios sustentáveis no presente processo de contratação visa assegurar que o fornecimento e a prestação de serviços atendam não apenas às necessidades imediatas do órgão Contratante, mas também contribuam para a preservação do meio ambiente, a promoção do desenvolvimento sustentável e o cumprimento das metas nacionais e internacionais relacionadas ao combate às mudanças climáticas e à proteção dos ecossistemas naturais

12.4. Utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização:

12.4.1. A utilização de modelos padronizados de Termos de Referência (TR) desenvolvidos pela Advocacia Geral da União (AGU) ou constantes no catálogo eletrônico de padronização tem como principal objetivo promover a uniformidade e a segurança jurídica nas contratações públicas, em conformidade com as normas vigentes. Esses modelos foram concebidos com base nas melhores práticas de contratação pública, sendo estruturados para otimizar os processos, padronizar procedimentos e evitar riscos associados a falhas formais ou omissões procedimentais. A padronização também favorece a transparência, o controle e a eficiência administrativa, atendendo ao disposto no art. 47 da Lei nº 14.133/21, que estabelece que as licitações devem observar o princípio da padronização, quando possível.

12.4.2. O princípio da padronização, conforme o art. 47, I, da Lei nº 14.133/21, deve ser aplicado considerando a compatibilidade das especificações estéticas, técnicas ou de desempenho dos bens e serviços a serem contratados. Essa compatibilidade facilita a comparação de propostas, racionaliza o uso de recursos públicos e assegura a qualidade na entrega dos produtos ou serviços contratados. No entanto, é fundamental que essa padronização não comprometa a adequação do objeto às necessidades específicas do órgão contratante.

12.4.3. No caso concreto, a utilização do catálogo eletrônico de padronização não foi possível devido à especificidade do objeto da contratação, que exige características técnicas particulares não contempladas pelos modelos padronizados disponíveis. O catálogo eletrônico, atualmente, contém padronização para itens mais comuns e de menor complexidade, como água mineral natural, açúcar e café, que não atendem à natureza específica desta contratação. Assim, a não utilização do catálogo foi devidamente justificada pela necessidade de adaptações técnicas que assegurem a melhor execução do objeto e o atendimento das necessidades operacionais do órgão.

12.4.4. Em situações como esta, em que o objeto da contratação demanda requisitos técnicos fora do escopo do catálogo padronizado, é imprescindível que o Termo de Referência seja elaborado de forma customizada, observando-se as particularidades da contratação, sem prejuízo à observância dos princípios gerais que regem as contratações públicas, especialmente a economicidade, eficiência e segurança jurídica. Mesmo diante dessa especificidade, a utilização de boas práticas e a adoção de parâmetros mínimos de qualidade são preservadas, garantindo a legalidade e a adequação do processo licitatório.

12.6. Classificação Atividade de Custeio

12.6.1. Em atendimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 10.193/19, que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Executivo federal, informa-se que a contratação de locação de veículos para atender as necessidades do DSEI Rio Tapajós enquadra-se como uma atividade de custeio.

12.6.2. O Decreto 10.193/19 determina que contratos administrativos relacionados a atividades de custeio sejam devidamente autorizados em ato do Ministro de Estado ou do titular do órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, uma vez que se tratam de despesas correntes necessárias para a manutenção e operacionalização das atividades da Administração Pública.

12.6.3. A locação de veículos é essencial para o funcionamento do DSEI, especialmente considerando as características geográficas e operacionais das áreas atendidas, como as regiões de difícil acesso no Estado do **Pará**. Esse serviço é fundamental para a rápida e eficiente movimentação das equipes de saúde, transporte de insumos, medicamentos e, em situações de emergência, o deslocamento seguro de pacientes. Trata-se de uma despesa regular e continuada, indispensável para a manutenção das atividades operacionais e administrativas do DSEI. Essa despesa caracteriza-se como **custeio**, não possuindo natureza de investimento, mas sendo vital para a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

12.6.4. Ainda, a Portaria GM/MS nº 402, de 8 de março de 2021, que regulamenta a competência para autorizar a celebração e a prorrogação de contratos administrativos no âmbito do Ministério da Saúde e suas entidades vinculadas, reforça que a contratação de serviços de transporte está entre as atividades de custeio previstas no Ministério, conforme o artigo 1º, parágrafo único, inciso II. Assim, a locação de veículos está diretamente relacionada à prestação de serviços essenciais à operacionalização das atividades do DSEI, sendo necessária para a execução das políticas públicas de saúde destinadas às comunidades indígenas atendidas.

12.6.5. Portanto, de acordo com o Decreto nº 10.193/19 e a Portaria GM/MS nº 402/21, a contratação de locação de veículos para o DSEI configura-se como uma despesa de custeio, imprescindível para a continuidade do serviço público e o atendimento das populações indígenas em áreas remotas e deve ser submetida a autorização do senhor Secretário de Saúde Indígena.

12.7. Justificativas para as exigências de qualificação técnica ou econômica

12.7.1. As exigências de qualificação técnica ou econômica têm como finalidade garantir que os licitantes possuam as competências e capacidades adequadas para executar o objeto contratado com eficiência e qualidade, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/21. Essas exigências são fundamentais para assegurar a seleção de fornecedores qualificados, capazes de entregar o serviço ou produto de acordo com os padrões estabelecidos, sem comprometer a execução contratual.

12.7.2. Para que essas exigências cumpram seu propósito e, ao mesmo tempo, respeitem o princípio da competitividade, elas precisam ser estabelecidas de forma específica e objetiva, evitando a imposição de requisitos desnecessários ou excessivamente restritivos. Isso significa que os critérios de qualificação devem ser diretamente relacionados à natureza e à complexidade do objeto licitado, sendo proporcionais à necessidade real de expertise e capacidade técnica ou econômica.

12.7.3. No processo em questão, as exigências de qualificação foram devidamente justificadas e embasadas, levando em consideração a complexidade do serviço a ser prestado, a necessidade de experiência prévia em atividades similares e a relevância de competências específicas para o sucesso da contratação. Além disso, a justificativa demonstrou como essas qualificações minimizam riscos à execução contratual, garantem a prestação de serviços com a qualidade esperada e contribuem para a correta aplicação dos recursos públicos.

12.7.4. Portanto, a exigência de qualificação técnica ou econômica não constitui uma barreira à concorrência, mas sim uma medida de segurança jurídica e técnica que visa proteger o interesse público, assegurando que a execução do contrato seja realizada por empresas ou profissionais capacitados e experientes, aptos a cumprir com as obrigações contratuais de forma eficiente e conforme o objeto licitado.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Agilidade e Eficiência no Transporte: A locação de veículos com proporciona deslocamento rápido e eficiente das equipes de saúde, insumos, medicamentos e pacientes, especialmente em regiões de difícil acesso, garantindo a continuidade dos serviços com agilidade.

13.2. Flexibilidade Operacional: A locação permite a adaptação rápida às necessidades operacionais, possibilitando ajustes na quantidade e tipo de veículos conforme a demanda, sem comprometer o orçamento ou a qualidade do serviço.

13.3. Redução de Custos Operacionais: A locação elimina custos associados à aquisição, manutenção e depreciação de veículos próprios, permitindo uma gestão financeira mais eficiente e focada em custeio.

13.4. Melhoria na Qualidade dos Serviços: O transporte adequado contribui diretamente para a eficácia das equipes de saúde, garantindo que as atividades sejam realizadas conforme o planejado, sem atrasos ou interrupções.

13.5. Atendimento Emergencial Eficiente: Em situações emergenciais, a disponibilidade de veículos assegura o rápido deslocamento de pacientes para unidades de saúde, reduzindo o tempo de resposta e potencialmente salvando vidas.

13.6. Foco nas Atividades-Fim do DSEI: A locação permite que o DSEI concentre seus recursos e esforços nas atividades essenciais de saúde indígena, sem a necessidade de gerenciar a frota própria ou questões operacionais associadas.

13.7. Sustentabilidade Financeira: Como despesa de custeio, a locação permite um melhor planejamento orçamentário, garantindo a sustentabilidade financeira das operações sem comprometer investimentos em outras áreas essenciais.

13.8. Melhor Atendimento às Comunidades Indígenas: A garantia de transporte eficiente melhora diretamente o acesso das comunidades indígenas aos serviços de saúde, contribuindo para a melhoria dos indicadores de saúde e bem-estar dessas populações.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Treinamento dos fiscais e/ou equipes encarregadas pela fiscalização do contrato em aspectos técnicos relacionados com a locação de veículos com motorista, de forma a mitigar as inconformidades e, consequentemente, eventuais “glosas” e/ou sanções administrativas e treinamento de pessoal envolvido diretamente com as missões de apoio à Saúde Indígena.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A contratação em tela não gerará impactos ambientais uma vez que se faz presente a exigência das empresas fornecerem veículos que atendam a todas as normas do Contran inclusive as de emissão de gases poluentes.

16. Classificação da informação

16.1. Após finalização do Estudo Técnico Preliminar, não houve a necessidade de classifica-lo nos termos da Lei nº. 12.527 de 2011 (Lei de Acesso à Informação), conforme previsão do artigo 10 da Instrução Normativa nº. 81, de 2022, pois o conteúdo do documento trata-se de informação de acesso público.

17. Classificação LGPD

17.1. O Estudo Técnico Preliminar em questão não contém informações sensíveis conforme estabelecido pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a essencialidade do serviço de locação de veículos para o pleno funcionamento das atividades operacionais e administrativas do **Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI)**, especialmente nas regiões de difícil acesso do Estado do **Pará**, declara-se a viabilidade da contratação do serviço conforme as condições propostas.

A locação de veículos é indispensável para a mobilidade das equipes de saúde, transporte de insumos, medicamentos e, em situações emergenciais, o deslocamento seguro de pacientes, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

Além disso, a contratação permite a manutenção da eficiência e segurança dos serviços, alinhando-se às diretrizes legais e garantindo o atendimento adequado às comunidades indígenas assistidas. Os benefícios operacionais e sociais superam eventuais impactos ambientais, que serão mitigados por meio das medidas adequadas.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação do serviço de locação de veículos é viável e necessária para a continuidade das atividades essenciais do DSEI, assegurando a qualidade do atendimento e a eficiência operacional.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EVILSON COSTA GOMES

Guarda de Endemias



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 18:16:52.

ALFREDO RODRIGUES

Guarda de Endemias



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 18:00:05.

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TAPAJOS - PA

CONTRATO 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	257045-DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TAPAJOS - PA	BENEDITO DAMIAO DE CARVALHO MOTA	06/05/2026 09:34 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25054.000460/2025-08

1. Minuta - Termo de Contrato

Anexo II

TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A União / Autarquia / Fundação, (utilizar a menção à União somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ /MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, sem combustível, com quilometragem livre, incluindo motoristas devidamente habilitados, para transporte/deslocamento de usuários indígenas, com ou sem acompanhantes e atender demandas de serviços administrativos de apoio em transportes, demandas do Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós**, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO 01							
ITEM	Tipo de Serviço	CATSER	REGIME	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE 4x4 cabine dupla, QUILOMETRAGEM LIVRE E SEM COMBUSTÍVEL, conforme descrição detalhada no TR.	4014	24 horas	22			
3	Motorista Categoria D Com Periculosidade	15008	40 horas	1			
4	Motorista Categoria B Com Periculosidade	15008	40 horas	4			
5	Motorista Categoria B Com Periculosidade	15008	44 horas	7			
6	Motorista Categoria B Com Insalubridade	15008	44 horas	5			
7	Motorista Categoria B Com Insalubridade	15008	12x36 diurno	10			
8	Motorista Categoria B Com Insalubridade	15008	12x36 noturno	10			
11	Quantidade de Diárias	21849	Mensal	1032	R\$176,00	R\$ 15.136,00	R\$ 181.632,00
VALOR TOTAL						R\$	R\$

1.2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.2. O Termo de Referência;

1.2.3. O Edital da Licitação;

1.2.4. A Proposta do contratado;

1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da assinatura digital do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos.

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133/2021);

8.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

8.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

8.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.8.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

8.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10.1. Há obrigatoriedade da contratada providenciar o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT para os respectivos postos conforme tabela 1.1. do Termo de Referência. Portanto, o pagamento de tais adicionais estarão condicionados à apresentação de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT:

9.10.2. Considerando que não há previsão expressa na Convenção Coletiva de Trabalho para o pagamento de adicional de Insalubridade para a função específica de motorista, contudo, deve-se destacar e ponderar o transporte de pacientes no qual são realizado nas Casa de Saúde Indígena de Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Santarém, logo, há o contato diário com pacientes.

9.10.3. Portanto, para os motoristas lotados nas CASAI's de Itaituba, Jacareacanga, Santarém e Novo Progresso, o licitante deverá prever em sua planilha de custos o percentual de 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, haja vista que tal obrigação deverá ser concedida somente após a elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT pertinentes à NR 15 - MTE - Atividades e Operações Insalubres a ser providenciado pela Contratada.

9.10.4. Com relação ao adicional de periculosidade, em virtude do transporte de combustível para Aldeias de difícil acesso, o motorista que dirige veículo com tanque suplementar de combustível, mesmo que para consumo próprio, em quantidade superior a 200 litros, FAZENDO JUS AO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, 30% (TRINTA POR CENTO) conforme anexo nº II da Norma Regulamentadora nº 16 (NR-16) da Portaria Nº 3.214, de 1978.

9.10.5. Logo, o adicional de periculosidade será concedido para os motoristas que efetuaram suas atividades nos polos de Itaituba, Jacareacanga, Santarém, novo progresso e na sede do DSEI Rio Tapajós.

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.25. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.28. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

- 9.29. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.30. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.31. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.32. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.34. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.35. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;
- 9.36. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.37. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
- 9.38. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.39. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 9.40. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
- 9.41. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.
- 9.42. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.43. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas;
- 9.44. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.45. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.46. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.47. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.47.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.47.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 9.47.3. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

9.48. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

9.48.1. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

9.48.2. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

9.48.3. O veículo a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) ou comprovada eficiência energética equivalente.

10. CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021)

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

16.1.1. Gestão/Unidade: xxxx

16.1.2. Fonte de Recursos: xxxxx

16.1.3. Programa de Trabalho: xxxx

16.1.4. Elemento de Despesa: xxxx

16.1.5. Plano Interno: xxxxx

16.1.6. Nota de Empenho: xxxxx

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. É eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Itaituba/PA - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BENEDITO DAMIAO DE CARVALHO MOTA

Chefe do SELO/RT



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 09:34:19.

ANEXO III

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIÁRIA

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a **UNIÃO**, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu ARTIGO 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, ARTIGO 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (ARTIGO 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo ARTIGO 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do ARTIGO 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das Leis do trabalho ou usadas para estabelecer relação de emprego disfarçado, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a Lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."

RESOLVEM:

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas

públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO
Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES
Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MODELO PARA A CONSOLIDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
	Total	

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
	Total	

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
	Total		

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
	Total	

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
	Total	

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
Total		

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**Submódulo 4.1 - Ausências Legais**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Férias	
B	Ausências Legais	
C	Licença-Paternidade	
D	Ausência por acidente de trabalho	
E	Afastamento Maternidade	
F	Outros (especificar)	
Total		

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Intra jornada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso e alimentação	
Total		

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	
4.2	Intra jornada	
Total		

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
Total			

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
Subtotal (A + B +C+ D+E)		
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado		



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

ANEXO V

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO(IMR)

Mês/ano de Referência:

1. INDICADOR 1 - OCORRÊNCIA SOBRE SOLICITAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

Item	Descrição
Finalidade	Garantir a efetividade da fiscalização.
Meta a Cumprir	Atender as determinações da fiscalização nos prazos estabelecidos.
Instrumento de Medição	Ofício de notificação à contratada e verificação do efetivo atendimento às solicitações ou justificativa aceita pela Administração.
Forma de Acompanhamento	Verificação da data do efetivo atendimento às solicitações ou justificativa aceita pela Administração.
Periodicidade	Quando houver solicitação da fiscalização.
Mecanismo de cálculo	Soma dos dias úteis de atraso do cumprimento, contados da solicitação formal, até o efetivo atendimento às solicitações.
Início de vigência	Concomitante ao início da prestação de serviços.
Sanções	Haverá multa conforme Termo de Referência a partir de 20 (vinte) dias úteis de não atendimento, sem prejuízo da incidência do ANS.
Data da ocorrência	
TOTAL	

1.1. Computando-se o prazo para início de aplicação de penalidade, este somente cessa, com a apresentação do efetivo atendimento às solicitações ou justificativa aceita pela Administração, que deram causa a aplicação. Se durante este íterim, findar a vigência do mês, a empresa estará sujeita a um novo IMR e a uma nova contagem de ocorrência iniciará para o indicador 2, sem suspensão do prazo para aplicação da multa, que neste caso, ocorrerão concomitantemente.

2. **INDICADOR 2 - OCORRÊNCIA SOBRE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Item	Descrição
Finalidade	Garantir 100% de execução dos serviços contratados, conforme atribuições previstas no Termo de Referência.
Meta a Cumprir	Executar todas as atividades no tempo previstas no Termo de Referência.
Instrumento de Medição	Check-list.
Forma de Acompanhamento	Preenchimento do check list no qual se verifica a quantidade de serviços considerados inadequados no período avaliado.
Periodicidade	Observação da execução dos serviços e preenchimento trimestral do check list
Mecanismo de cálculo	Contagem do número de serviços considerados inadequados.
Início de vigência	Concomitante ao início da prestação de serviços.
Sanção	Haverá multa, conforme Termo de Referência, a partir de 11 ocorrências.
Data da ocorrência	Conforme anotação do check-list abaixo.
TOTAL	

2.1. Para a verificação das ocorrências do indicador 2 deverá ser adotado o check-list abaixo.

2.2. O fiscal técnico deve acompanhar a execução dos serviços e mensalmente preencher a tabela abaixo, anotando a data da ocorrência, no caso de serviço inadequado. Ao final deve contabilizar quantos serviços foram considerados inadequados no mês. Cada item considerado inadequado, conta-se uma ocorrência para o indicador 3.

Item	Descrição	Adequado	Inadequado	Data de Ocorrência
1	Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.	() Houve comunicação	() Deixou de comunicar 1(uma) ou mais anormalidade	
2	Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração, substituindo-o quando ausente.	() Manteve	() Não manteve	
3	Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as exigências do Termo de Referência;	() Utilizou	() Não utilizou.	
4	Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.	() Vedou	() Não vedou	

5	Apresentar a relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, no início do Contrato, e sempre que um Posto for substituído..	<input type="checkbox"/> Apresentou.	<input type="checkbox"/> Não apresentou.	
6	Apresentar toda a documentação exigida para atesto da Nota em tempo hábil, conforme recomendação do Termo de Referência, inclusive as relativas à Conta Vinculada.	<input type="checkbox"/> Apresentou	<input type="checkbox"/> Não apresentou	
7	Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.	<input type="checkbox"/> Substituiu	<input type="checkbox"/> Não substituiu.	
8	Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.	<input type="checkbox"/> Responsabilizou-se	<input type="checkbox"/> Não responsabilizou-se.	

9	Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.	() Efetuou	() Não efetuou.	
10	Aprovisionou os valores dos benefícios dos funcionários relativos ao 13º salário e rescisão contratual, bem como suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias para depósito em conta vinculada.	() Aprovisionou	() Não provisionou	
11	Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração.	() Instruiu	() Não instruiu.	
12	Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função	() Instruiu	() Não instruiu.	

13	Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para apresentá-la na execução do contrato	<input type="checkbox"/> Manteve	<input type="checkbox"/> Não manteve	
14	Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante	<input type="checkbox"/> Forneceu	<input type="checkbox"/> Não forneceu	
15	Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação	<input type="checkbox"/> Manteve	<input type="checkbox"/> Não manteve	
16	Prover meios alternativos de deslocamento, nos locais onde não houver transporte coletivo regular,	<input type="checkbox"/> Proveu	<input type="checkbox"/> Não proveu	
17	Efetuar o pagamento do salário do funcionário até o 5º dia útil do mês subsequente	<input type="checkbox"/> Efetuiu	<input type="checkbox"/> Não efetuou	
18	Submeter as substituições realizadas por iniciativa da Contratada à prévia anuência da Contratante	<input type="checkbox"/> Submeteu	<input type="checkbox"/> Não submeteu	

19	Recolher, por meio de seu Preposto, no final de cada mês, as folhas de frequência dos prestadores de serviços em cada respectivo posto de serviço, bem como apresentar a do mês subsequente	() Recolheu	() Não recolheu	
Totais de serviços inadequados para registro de ocorrência do indicador 2				

3. CÁLCULO DAS OCORRÊNCIAS

TABELA - CÁLCULO DAS OCORRÊNCIAS		
INDICADOR	1	2
QT DE OCORRÊNCIA		
PESO (X)	10	10
SALDO		
TOLERÂNCIA (-)	1	5
EXCESSO DE OCORRÊNCIA =		
SOMA TOTAL DO EXCESSO DE OCORRÊNCIA:		

3.1. Instruções para aplicação desta tabela:

3.1.1. As listas, com indicações das ocorrências identificadas, serão inseridas na tabela acima, de modo que o fiscal técnico preencherá as respectivas linhas, que contemplam as 4 (quatro) hipóteses de verificação técnica dos serviços;

3.1.2. Posteriormente, cada quantidade de ocorrências será multiplicada pelo PESO indicado em cada coluna, obtendo-se, o saldo. A seguir, do valor totalizado por coluna de verificação qualitativa, será deduzido o respectivo valor da TOLERÂNCIA prevista/admitida (por coluna), obtendo-se o EXCESSO DE OCORRÊNCIAS, por ocorrência;

3.1.3. Ao final, será somado todo excesso de ocorrência. Esse valor será o número a ser verificado na tabela FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO;

3.1.4. Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero);

FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO	
Nº DE EXCESSO DE OCORRÊNCIA	FATOR DE ACEITAÇÃO PORCENTAGEM DO VALOR MENSAL QUE SERÁ PAGO
1 a 10	100,00%
11 a 20	99,50%
21 a 30	98,50%
31 a 40	98,00%
41 a 50	97,50%
51 a 60	97,00%

3.2. A porcentagem do valor mensal aceito pela Administração incidirá sobre o resultado do valor mensal previsto menos a glosa de ausência de prestação de serviço

3.2.1. O valor mensal previsto é o valor global do contrato dividido pelo número de meses de vigência.

3.2.2. O resultado da Faixa de Ajuste de pagamento do INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) é calculado após a entrega pela contratada dos documentos do mês faturado.

3.3. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto realizado pelo IMR (Instrumento de Medição de Resultado)

3.4. O preposto deverá apor assinatura eletrônica no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

3.5. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

3.6. A contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Administração.

3.7. As ocorrências e posterior ajuste de pagamento não elide à CONTRATADA das sanções previstas no Termo de Referência e legislação. As penalidades administrativas seguirão os trâmites e normas previstos no item “Das Sanções Administrativas” do Termo de Referência.

Itaituba - PA, _____ de _____ de 2026.

	Ciente:
Fiscal Contrato ____/____ Portaria xx/xxxx	Preposto Empresa xxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **Joselane Maria Correa, Chefe do Serviço de Contratação de Recursos Logísticos substituto(a)**, em 10/03/2026, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0053958202** e o código CRC **AEFFFC2C**.

Referência: Processo nº 25054.000460/2025-08

SEI nº 0053958202



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

ANEXO VI

PROCESSO Nº. 25054.000460/2025-08
MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL
Referência: Pregão eletrônico, nº XX/2026.
Data de Abertura: de de 2026

IDENTIFICAÇÃO			
Razão Social:			
Endereço:	UF:	CEP:	
Telefone:			
E-mail:			

ITEM/GRUPO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/ MESES	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇOS MENSAIS	PREÇOS GLOBAIS

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

QUANTIDADE DE PESSOAL

Função	Quantidade	

RELAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
Material	Quantidade	Especificação

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

1. OBSERVAÇÕES

1.1. Prazo de validade da proposta de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

2. DECLARAÇÃO

2.1. Declarar expressamente estar incluído nos preços cotados todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

3. QUALIFICAÇÃO DO PREPOSTO AUTORIZADO A FIRMAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

Nome completo:
CPF:
RG:
Nacionalidade:
Cargo:
Cel:

Itaituba - PA, ____ de _____ de 2026.

(Nome completo do declarante - RG - CPF)



Documento assinado eletronicamente por **Joselane Maria Correa, Chefe do Serviço de Contratação de Recursos Logísticos substituto(a)**, em 10/03/2026, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0053958243** e o código CRC **BE6D1363**.

Referência: Processo nº 25054.000460/2025-08

SEI nº 0053958243

Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/RT
Avenida Santa Catarina, nº 96 - Bairro Bela Vista, Itaituba/PA, CEP 68180-210
Site - www.saude.gov.br



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

ANEXO VII

MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Processo nº 25054.000460/2025-08

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX

Declaro para comprovação perante a comissão permanente de licitação do Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós, que o Sr (a) XXXXXXXXXXXX, portador da cédula de identidade n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXXXXXXXXXXXXX, representante da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX:

Primeiro, PARTICIPOU DA VISITA TÉCNICA ao local de realização dos serviços, objeto deste, onde tomou conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos serviços;

Segundo, declarou-se satisfeito por este evento de reconhecimento prévio do projeto, não sendo necessário quaisquer informações adicionais para conclusão do planejamento e realização das obras que são o objeto do Pregão Eletrônico nº xx/2023.

Itaituba - PA, xx de xxxx de 2026.

DSEI Rio Tapajós

Licitante

(autoridade competente)

(Nome do Procurador/cargo)



Documento assinado eletronicamente por **Joselane Maria Correa, Chefe do Serviço de Contratação de Recursos Logísticos substituto(a)**, em 10/03/2026, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0053958274** e o código CRC **BB89822D**.

Referência: Processo nº 25054.000460/2025-08

SEI nº 0053958274

Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/RT
Avenida Santa Catarina, nº 96 - Bairro Bela Vista, Itaituba/PA, CEP 68180-210
Site - www.saude.gov.br



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

[Nome da Empresa]

CNPJ nº. [Número do CNPJ]

Eu, _____,
representante _____ legal _____ da
empresa _____,
inscrita no CNPJ nº. _____, e portador(a) da Carteira de
Identidade nº. _____ e CPF nº. _____, declaro,
para os devidos fins, que estou ciente da possibilidade de realizar vistoria no local de
prestação de serviço, conforme estabelecido no Edital de Licitação nº. _____,
datado de _____.

Por motivos justificados e após análise criteriosa das informações disponíveis,
venho por meio desta declarar a dispensa da vistoria presencial. Afirmando ter pleno
conhecimento das condições do local de prestação de serviço e das exigências
estabelecidas no edital.

Declaro também que, ao dispensar a vistoria, assumo total responsabilidade
pelas informações prestadas e pela compreensão integral dos requisitos para a execução
dos serviços, conforme descrito no edital.

Esta declaração é prestada de boa-fé e em conformidade com a verdade, sob
as penas da lei.

____/____/____.

[Assinatura do Representante Legal]
[Nome Completo do Representante Legal]
[Cargo ou Função do Representante Legal]



Documento assinado eletronicamente por **Joselane Maria Correa, Chefe do Serviço de Contratação de Recursos Logísticos substituto(a)**, em 10/03/2026, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0053958304** e o código CRC **8960B45B**.

Referência: Processo nº 25054.000460/2025-08

SEI nº 0053958304

Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/RT
Avenida Santa Catarina, nº 96 - Bairro Bela Vista, Itaituba/PA, CEP 68180-210
Site - www.saude.gov.br



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

ANEXO IX- MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

[Nome da Empresa]

CNPJ nº. [Número do CNPJ]

Por meio deste, eu, **[Nome do Representante Legal]**, portador da Carteira de Identidade nº. **[Número da Carteira de Identidade]** e do CPF nº. **[Número do CPF]**, representante legal da empresa **[Nome da Empresa]**, declaro, em atendimento ao disposto no Edital n.º XX/2026, que a nossa empresa possui pleno conhecimento de todas as informações relacionadas à execução dos trabalhos e/ou condições de entrega/fornecimento referentes à licitação mencionada.

Comprometemo-nos a não alegar, em momento posterior, o desconhecimento de fatos que eram evidentes à época da licitação, visando solicitar qualquer alteração no valor do contrato que venha a ser celebrado, caso a nossa empresa seja a vencedora do certame.



Documento assinado eletronicamente por **Joselane Maria Correa, Chefe do Serviço de Contratação de Recursos Logísticos substituto(a)**, em 10/03/2026, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0053958366** e o código CRC **8CC90C2B**.

Referência: Processo nº 25054.000460/2025-08

SEI nº 0053958366

Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/RT
Avenida Santa Catarina, nº 96 - Bairro Bela Vista, Itaituba/PA, CEP 68180-210
Site - www.saude.gov.br



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública.

Nome do Órgão/Empresa	Nº/Ano do Contrato	Vigência do Contrato	Valor do Contrato *
Valor Total dos Contratos			

Local e data _____

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS "D.1" E "D.2" DA ALÍNEA "D" DO SUBITEM 11.1. DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos *

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

(Valor da Receita Bruta - Valor total dos Contratos) x 100

Valor da Receita Bruta



Documento assinado eletronicamente por **Joselane Maria Correa, Chefe do Serviço de Contratação de Recursos Logísticos substituto(a)**, em 10/03/2026, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0053958408** e o código CRC **72EFAF3F**.

Referência: Processo nº 25054.000460/2025-08

SEI nº 0053958408

Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/RT
Avenida Santa Catarina, nº 96 - Bairro Bela Vista, Itaituba/PA, CEP 68180-210
Site - www.saude.gov.br